



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
VLADIMIR FÉLIX PACHECO**

**RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CANAVIEIRAS- BA:
CONFLITOS E USO DO SOLO.**

**SALVADOR
2014**

VLADIMIR FÉLIX PACHECO

**RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CANAVIEIRAS -
BA: CONFLITOS E USO DO SOLO**

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Alisson Diniz
Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Catherine Prost

Salvador
2014

P116 Pacheco, Vladimir Félix.
Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras -BA / Vladimir
Félix Pacheco.- Salvador, 2014.
63 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Alisson Diniz.
Coorientadora: Profa. Dra. Catherine Prost.
TCC (Graduação em Geografia) - Universidade Federal da
Bahia, Instituto de Geociências, 2014.

1. Geografia humana - Canavieiras (BA). 2. Gestão ambiental –
Canavieiras (BA). 3. Reserva natural. 4. Direito ambiental. 5. Área
de conservação. 6. Política pública. I. Diniz, Alisson. II. Universida -
de Federal da Bahia. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 911.3:502.1 (813.8)

VLADIMIR FÉLIX PACHECO

RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CANAVIEIRAS - BA: CONFLITOS E USO DO SOLO

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

APROVADA EM: 16 de abril de 2014.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Alisson Duarte Diniz – IGEO/UFBA
Orientador

Prof. Dr. Cristóvão de Cássio da Trindade de Brito

Prof. Dr. Marco Antonio Tomasoni

AGRADECIMENTOS

Se fosse possível materializaria aqui todas as pessoas, situações e fatos que foram importantes nesta etapa na busca de conhecimento e sabedoria. No entanto, não é possível, então exporei aqui aquelas pessoas, situações e fatos que influenciaram diretamente neste percurso.

Primeiro, agradeço às forças que nos reguem, uns chamam de Deus, outros da força da natureza, outros da força do universo. É no fim, aquela força que existe em cada um, que sentimos, mas que não conseguimos realmente explicar o que é. Eu, que sou o resultado de múltiplos conhecimentos, sinto que seja uma força universal, que sentimos e denominamos de Fé, é nesta força que acredito e agradeço.

Segundo, agradeço às minhas famílias. Minha mãe, Telma Félix, que é minha grande mestra, e quem devo tudo. Ao meu pai, Jailton Pacheco, com o qual venho aprendendo muito. Ao meu padastro, Florivaldo Pedreira (Jorge). Aos Meus irmãos Solimar, Jardel, Mirceia, Antônio e Francisco que fazem parte de minha essência. Aos meus tios e primos por parte de mãe e por parte de pai, dos mais próximos aos mais distantes. Aos meus avós paternos, *in memoriam*, José Pacheco e Francisca Pimentel e; meus avós maternos Adalberto Félix *in memoriam* e, Isaura Neves.

Agradeço também aos mestres e doutores das escolas de ensino primário ao médio, passando pelo cursinho e por fim ao ensino superior, que contribuíram, cada um a seu modo, para o acúmulo do conhecimento teórico e prático, nestes ambientes.

À minha orientadora Catherine Prost, que além de professora é amiga e conselheira, ao qual prezo imensa gratidão.

Agradeço ao Grupo de Estudos Costeiros, composto por Carolina Sapucaia, Ondina Duarte (companheiras firmes nas pesquisas em Canavieiras), Ramon Santos, Gabriel Santos e Maria Silva, que infelizmente não foi possível conviver mais.

Não poderia deixar de fora, meus orientadores das disciplinas Campo I e Campo II, o professor Marco Tomasoni e Alisson Diniz respectivamente, que me acolheram e orientaram, devido ao afastamento de Catherine Prost, por conta do Pós-doc na França.

Aos amigos, todos, que foram cruciais em minha vida acadêmica e pessoal, sem os quais o mundo não faria sentido. Desde os amigos de infância até os atuais, que se eu fosse discriminar aqui, dariam umas duas folhas. E para não ser injusto não citarei ninguém.

Ao CNPQ, através da bolsa Pibic, que custeou os trabalhos em campo para a realização das pesquisas.

Por fim, agradeço ao pessoal da AMEX e das associações de cada comunidade que passei em Canavieiras. Elas constroem o conhecimento mais democrático existente, o conhecimento popular, que é minha base.

*“Pelo amor e pela luta, tudo se transforma.”
Empédocles - filósofo grego*

RESUMO

A primeira reserva extrativista do Brasil foi criada em 12 de março de 1990, e possui o nome de Reserva Extrativista Chico Mendes, localizada na região do Vale do Acre. A origem desta Reserva Extrativista (RESEX) foi o resultado de um processo histórico de mobilização social ocorrido na Amazônia nas últimas décadas do século passado, e uma dessas mobilizações foram as lutas que os seringueiros e castanheiros tiveram, onde aprenderam a desenvolver estratégias para resistirem à expansão da fronteira agrícola vinda do sul que tinha como meta formar pastos para a criação de gado e plantação de soja. A Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras foi criada em 5 de junho de 2006, a implantação desta reserva neste município, acabou por demonstrar conflitos já existentes e que acontecesse novos conflitos entre grupos sociais relacionados às questões fundiárias e de gestão do território. Estes conflitos geraram um grande movimento na cidade denominado Natureza sim, RESEX não, que tinha como intuito mobilizar a população canavieirense contra a implantação desta unidade de conservação neste município. Este trabalho tem como objetivos demonstrar quais foram os atores sociais envolvidos no movimento supracitado, e qual foi a atuação e os motivos que levaram cada ator agir neste contexto conflituoso. O outro objetivo foi de fazer o mapeamento do uso do solo e dos pontos que ocorreram maiores conflitos e resistência contra a implantação desta unidade de conservação. Como resultado, obteve-se a produção de mapas de uso do solo e conflitos fundiários em escala detalhada de seis comunidades, além de um mapa do município de Canavieiras que demonstra a extensão da RESEX, que abrange o seu perímetro e a influência direta no uso do solo em torno dela. Além dos mapas, foi obtida a descrição de como ocorreu o movimento Natureza sim, RESEX não, relatando como agiram e quais foram as motivações na ação de cada ator envolvido no movimento supracitado. Para se chegar a tais resultados foram necessárias diversas trabalhos em campo, onde tiveram que ser coletados dados primários através de entrevistas, pesquisas em arquivos públicos e bibliotecas em diversos órgãos e georreferenciar todas as comunidades que fazem parte da RESEX para mapear de forma detalhada o uso do solo nestas localidades.

PALAVRAS CHAVES: Geografia Humana, Gestão Ambiental – Canavieiras (BA), Reserva Natural, Direito Ambiental, Área de Conservação, Política Pública.

ABSTRACT

The first extractive reserves in Brazil was established in March 12, 1990 and is named after Chico Mendes Extractive Reserve, located in the Valley of Acre region. The origin of this Extractive Reserve (RESEX) was the result of a historical process of social mobilization occurred in the Amazon in the last decades of the last century, and one of these demonstrations was the fight where land tappers and chestnut had to develop strategies to resist the expansion of the agricultural frontier coming south that had as goal to form pastures for cattle ranching and soybean planting. Marine Extractive Reserve was created in Canavieiras June 5, 2006, the implementation of this reserve this city, ended by demonstrating existing conflicts and create new conflicts between social groups related to land issues and management of territories. These conflicts led to a large movement in the city called Nature yes, RESEX not, he had the intention to mobilize the population against canavieirense implementation of this conservation unit in this county. This paper aims to explain what were the social actors involved in the above movement, and what was the action and the reasons why each actor act this confrontational scenario. The other goal was to make the mapping of land use and the points that there were major conflicts and resistance against the deployment of this conservation unit. As a result, we obtained the production of maps of land use and land conflicts in detailed scale of six communities, in addition to a map of the municipality of Canavieiras that demonstrates the territoriality of the RESEX, which covers your perimeter and the direct influence on the use of the soil around it. In addition to the maps, it was obtained a description of how the movement occurred Naruteza yes, RESEX not, reporting how they acted and what were the motivations in the action of each actor/agent involved in movement mentioned above. To arrive at these results several outputs in the field, where primary data had to be carried out through interviews, research in public archives and libraries in various organs and georeference all communities that are part of RESEX were required to map in detail the use soil in these locations.

KEY WORDS: Human Geographic, Environmental Management – Canavieiras (Ba), Natural Resources, Environmental Right, Politic Public.

LISTA DE TABELAS, FIGURAS E MAPAS**TABELAS**

Tabela1 – Unidades de Conservação de uso sustentável no Brasil,2013	17
---	----

MAPAS

Mapa 1 – Localização do município de Canavieiras, Bahia - 2012	11
Mapa 2 – Perímetro da RESEX e localidades mapeadas nos municípios de Canavieiras e Belmonte - Bahia	29
Mapa 3 – Uso do solo na comunidade oitica. Município de Canavieiras – Bahia..	30
Mapa 4 – Uso do solo na comunidade de Campinhos. Município de Canavieiras – Bahia	32
Mapa 5 – Uso do solo na comunidade de Puxim do Sul. Município de Canavieiras – Bahia	33
Mapa 6 – Uso do solo na comunidade de Atalaia. Município de Canavieiras – Bahia	35
Mapa 7 – Uso do solo na comunidade de Barra Velha. Município de Canavieiras – Bahia	38
Mapa 8 – Uso do solo na comunidade de Puxim da Praia. Município de Canavieiras – Bahia	39

SUMÁRIO

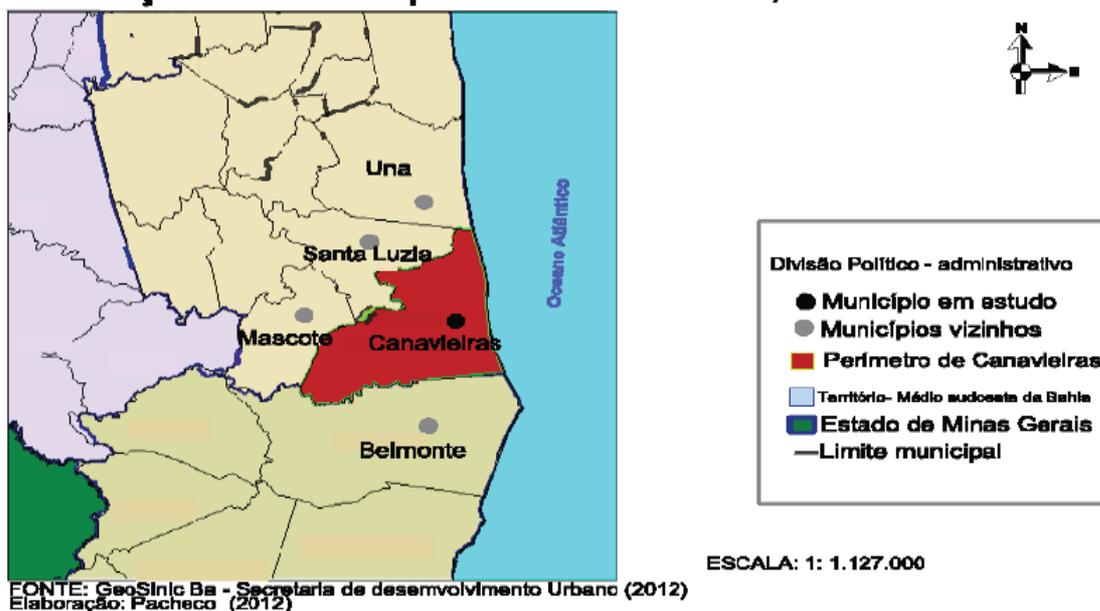
1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
3 METODOLOGIA	21
4 RESULTADOS	27
4.1 O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CANAVIEIRAS	27
4.2 MAPEAMENTO DO USO DO SOLO E CONFLITOS FUNDIÁRIOS	29
4.2.1 CANAVIEIRAS	29
4.2.2 COMUNIDADE DE OITICICA	30
4.2.3 COMUNIDADE DE CAMPINHOS	32
4.2.4 COMUNIDADE DE PUXIM DO SUL	33
4.2.5 COMUNIDADE DE ATALAIA	34
4.2.6 COMUNIDADE DE BARRA VELHA	36
4.2.7 COMUNIDADE DE PUXIM DA PRAIA	38
4.3 A ATUAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS NO CONFLITO DA IMPLANTAÇÃO DA RESEX DE CANAVIEIRAS	40
4.3.1 O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES E/OU AGRICULTORES TRADICIONAIS DE CANAVIEIRAS	40
4.3.2 A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS E SUA ATUAÇÃO.....	41
4.3.3 COMO ATUOU A CÂMARA DOS VEREADORES	45
4.3.4 E OS CARCINICULTORES NESTA HISTÓRIA?	46
4.3.5 QUAL A MOTIVAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA CDL (CÂMARA DE DIRIGENTES E LOJISTAS) NO MOVIMENTO CONTRA A RESEX?	47
4.3.6 EMPREENDEDORES DA REDE HOTELEIRA E ESPECULADORES DE TERRA: COMO E POR QUE AGIAM?	49
4.3.7 O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES AMBIENTAIS (IBAMA, ICMBIO E PANGEA)	50
4.3.8 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	50
4.3.9 ONDE ENTRA A JUSTIÇA?	51
5 DISCUSSÃO	53
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60

1 INTRODUÇÃO

Canavieiras é um município localizado no território de identidade Litoral Sul, na Bahia (SEAGRI, 2012). Faz divisa com os municípios de Una ao norte, Santa Luzia ao noroeste-oeste, Mascote ao sudoeste e Belmonte ao sul (Mapa 1). Segundo o IBGE, a área da unidade territorial do município é de 1.326,954 km², com uma população de 32.336 habitantes (IBGE, 2010). Desses, 25.903 residem em área urbana e 6.433 em área rural. A densidade demográfica é de 24,37 hab/km². Ainda segundo o IBGE (2010), o número total de estabelecimentos agropecuários no município é de 1.435, somando uma área total de 74.359 hectares. O município apresenta as seguintes características físicas: o clima é úmido a subúmido; a vegetação abrange área de contato cerrado/floresta ombrófila e formação pioneira com influência fluviomarina; a geologia é formada de depósitos fluviais e formação barreiras. Por fim, o relevo é composto de planícies marinhas e fluviomarinhas e tabuleiro costeiro, (SEI, 2010).

Mapa 1 -

Localização do município de Canavieiras, Bahia - 2012



Fonte: GeoSini Ba – Secretaria de desenvolvimentos urbano (2012)

É nesse município que se localiza a maior parte da reserva extrativista marinha de Canavieiras, com um perímetro total de 100.645,85 ha, sendo que a RESEX se estende em uma pequena porção do município de Belmonte. Desses, 83.332,23 ha situam-se em área marinha e o restante em estuários, manguezais, restinga, rios,

áreas úmidas e praias.

A Reserva Extrativista de Canavieiras foi criada no dia 5 de junho de 2006, sob o Decreto nº 4.340, pelo então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva. A necessidade da criação da Reserva Extrativista (RESEX) se deu por fatores que foram cruciais para a sua implantação. O primeiro fator foi a observação por parte dos pescadores e marisqueiras de uma grande mortandade de caranguejos no ano de 2001, que fez com que eles se preocupassem mais com a preservação desta e de outras espécies das quais eles dependiam para a sobrevivência. O outro fator foi os contatos com ONGs (Pangea e ECOTUBA) e com o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), que foram os institutos pelos quais os pescadores tomaram conhecimento sobre o que era uma reserva extrativista marinha e da possibilidade de se implantar uma naquele município. A partir de estudos e auxílios destes órgãos, os pescadores do município de Canavieiras solicitaram então a criação da reserva extrativista.

No entanto, a implantação da RESEX em Canavieiras gerou vários conflitos entre diversos atores sociais que tinham interesses antagônicos. De um lado, aqueles que eram a favor da criação da RESEX: os extrativistas, que tiveram como apoio as instituições governamentais federais como IBAMA, ICMBio, Procuradoria Geral da União e ONGs ambientalistas, como PANGEA e a ECOTUBA. Do outro, todos aqueles que eram contrários à criação da RESEX: Câmara de Dirigentes e Lojistas (CDL), Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, carcinicultores, empresários do setor hoteleiro e especuladores imobiliários. Esse segundo grupo, os contrários à RESEX, criou um movimento denominado: NATUREZA SIM, RESEX NÃO; a justificativa do título do movimento era para deixar explícito que o movimento era contra a criação da RESEX e não contra a natureza, uma vez que em uma época histórica marcada pelo dito desenvolvimento sustentável, não cabe se pronunciar indiferente à preservação ambiental. Apesar das resistências como debates em reuniões e manifestação pública, o resultado foi que a reserva extrativista foi de fato implementada e está vigente até os dias atuais.

Este trabalho dialoga com pesquisas já realizadas neste município, por autores como Aguiar (2010, 2011) e Nascimento (2007, 2009, 2013), além de outros autores que pesquisam sobre unidades de conservação, em especial reservas extrativistas, como Araújo et al (2011), Allegretti (2008), Reydon; Calvacanti (2001).

Sobretudo, esta pesquisa foi realizada graças ao grupo de pesquisa Costeiros, da UFBA, que realiza pesquisa sobre RESEX nas áreas costeiras do país, especialmente norte e nordeste. Isto posto, este trabalho almeja contribuir para estudos na área ambiental, singularmente sobre as RESEX, tema este que merece mais estudos, pesquisas e reconhecimento.

Desta forma, este trabalho tem como objetivo geral analisar as consequências da implantação da reserva extrativista marinha de Canavieiras, tanto aspecto no territorial, como no social.

Como objetivos específicos pretendem-se:

- Mapear o uso do solo no perímetro da RESEX;
- Identificar e analisar as ações dos atores sociais que entraram em conflito no processo de implantação da RESEX.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Canavieiras fazia parte da Capitania de Ilhéus e os conflitos dessa época eram entre os nativos (índios) e os portugueses. Hoje, 493 anos depois, os conflitos se dão entre aqueles que têm poucos recursos materiais e aqueles que possuem bastante recursos financeiros. Em uma sociedade capitalista onde o poder é simbolicamente representado pelo dinheiro, aqueles que possuem poucos ou quase nenhum recurso financeiro já entram no conflito em desvantagem. No entanto, se os mais vulneráveis ambiental e socialmente se unem, aumentam exponencialmente sua capacidade de resistência.

Em Canavieiras foi isso que aconteceu: as comunidades tradicionais sentiram a necessidade de se organizarem e inicialmente formaram as associações, como a Associação Z-20 de pescadores, Associação de pescadores e agricultores de Campinhos e tantas outras. Posteriormente, com o auxílio do IBAMA e de algumas ONGs, as comunidades tradicionais, através de suas associações, se juntaram e solicitaram a criação da Reserva Extrativista Marinha, no intuito de garantir o sustento e a manutenção de seus modos de vida. Contudo, a implantação só ocorreu de fato com a intervenção do Ministério Público Federal e da Procuradoria Geral da União (PACHECO, 2011, p. 17).

A partir da criação da RESEX em Canavieiras, foram mudadas as relações de forças na disputa territorial entre as comunidades extrativistas tradicionais e das elites locais. Se antes os extrativistas disputavam o território somente com as próprias forças, e circunstancialmente conseguiam apoio de ONG's, agora eles contam com o apoio de órgãos governamentais federais, e se articulam em rede com outras RESEX do Brasil, somando força e experiências na luta pelos seus direitos à manutenção e qualidade de vida. Os extrativistas passaram a exercer um maior poder nesta disputa, todavia isso não significa que o poder entre os agentes sejam iguais. Na prática o poder econômico e político dos agentes que foram contra a implantação da RESEX (PACHECO, 2011) envolvidos devem ser levados em consideração e, algumas vezes, o poder desses conseguem se sobressair em relação aos dos extrativistas.

Alguns agentes que se posicionaram contra a criação da reserva, os agentes hoteleiros e carcinicultores, estão ligados ao que Santos (2006) chama de processo

vertical, ou que mantêm uma relação vertical com o local, conforme a lógica global oriunda da divisão internacional do trabalho. Segundo o autor, esse processo causa desordem e tende a corroer a coesão horizontal, ou seja, as forças que atuam na perspectiva da lógica local:

Na união vertical, os setores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem às regiões onde se instalam, porque a ordem que criam é em seu próprio e exclusivo benefício. Isso se dá ao serviço do mercado, e tende a corroer a coesão horizontal que está posta ao serviço da sociedade civil tomada como um todo, (SANTOS, M. 2006, p. 174).

Essa lógica citada anteriormente causa, comprovadamente, danos ao ambiente que em alguns casos podem ser irreversíveis, pois há uma mudança nas relações tempo-espaço que não dialogam adequadamente com o ambiente ao entorno. O professor Tomasoni (2006) explica:

A mudança nas relações tempo-espaço engendradas pelo atual sistema econômico provocou profundas transformações no espaço geográfico. Assim, como condição *sine qua non* da solidificação desse sistema, temos a radical sujeição dos tempos biológicos (ciclos e movimentos da natureza), presentes nas sociedades tradicionais pelo tempo histórico/econômico do capitalismo. A natureza, vista como mero objeto, subtraída de seu “valor de uso” por mero “valor de troca”, impôs o rompimento do tempo circular para o tempo da produção, trazendo como custo, hoje, mais do que em qualquer momento da história, a estabilidade da biosfera, (TOMASONI, 2006, p. 86).

Ainda sobre a espacialização feita pela sociedade em geral, o autor Santos A. (2008), traz a seguinte contribuição:

O espaço produzido socialmente tem sido objeto da apropriação privada e que este processo está a base da reprodução espacial. A autora acredita que, por ser o espaço geográfico um produto social,

este deveria destinar ou comportar múltiplos usos; entretanto, o que se observa é a sua transformação em mercadoria. O espaço geográfico é cada vez mais apropriado como mercadoria, (Santos, A., 2008, apud Carlos, 1999, p. 16).

Vale ressaltar que essa apropriação do espaço como cita anteriormente o autor, é agravada conforme a técnica que é utilizada, como por exemplo, as técnicas implementadas por multinacionais, como a Monsanto. Pois a tendência é que, quanto mais há capital envolvido nessa apropriação, mais avançada será a técnica para a obtenção do lucro, passando “por cima” das relações horizontais existentes no local. conforme nos alerta Santos (2006):

É a primeira vez na história, diz Amílcar Herrera (1977, p. 159), que a tecnologia aparece como elemento exógeno para grande parte da humanidade. Em sua versão contemporânea, a tecnologia se pôs ao serviço de uma produção à escala planetária, onde nem os limites dos Estados, nem os dos recursos, nem o dos direitos humanos são levados em conta. Nada é levado em conta, exceto a busca desenfreada pelo lucro, onde quer que se encontrem os elementos capazes de permiti-lo, (SANTOS, A. 2006, p. 118).

A primeira reserva extrativista do Brasil foi criada em 12 de março de 1990, pelo Decreto de nº 99.144, e possui o nome de Reserva Extrativista Chico Mendes, localizada na região do Vale do Acre, (IBAMA, 2014). A origem desta RESEX foi o resultado de um histórico processo de mobilização social ocorrido na Amazônia nas últimas décadas do século passado (ALLEGRETTI, 2008, p.2), nestas mobilizações os seringueiros, castanheiros e indígenas tiveram que desenvolver estratégias para resistirem à expansão da fronteira agrícola vinda do sul que tinha como meta formar pastos para a criação de gado e plantação de soja (IBAMA, 2014). Para fortalecer o movimento de resistência, tornou-se necessária a elaboração de estratégias para os seringueiros, castanheiros e indígenas se mantivessem fortes, ante uma força tão grande que é o dos agroexportadores, para isso os extrativistas agruparam políticas de reforma agrária com políticas ambientais (ALLEGRETTI, 2008, p.2), elaborando assim o modelo da reserva extrativista.

Depois de feito um apanhado histórico sobre a origem da RESEX no Brasil, é preciso discorrer sobre as características deste modelo de gestão socioambiental. A

reserva extrativista é um modelo de unidade de conservação de uso sustentável que tem como objetivo a compatibilização da conservação da natureza, com o uso sustentável dos recursos naturais renováveis por populações tradicionais, que por sua vez participam interativamente no processo de conservação da natureza (AGUIAR *et al*, 2011; ARAÚJO *et al*, 2011; IBAMA, 2014). As RESEX podem ser divididas em dois tipos: continentais e marinhas. Atualmente existem 105 RESEX no Brasil, destas 88 continentais e 17 marinhas, sendo que na área continental abrange 1,6% da superfície do país, ou 138.255 km², e o marinho 5.204 km² ou 0,1%, como é apresentado na tabela 1 a seguir.

Tabela 1 – Unidades de conservação de uso sustentável no Brasil, 2013.

QUADRO 1- UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL NO BRASIL

Tipo / Categoria	Área Continental			Área Marinha		
	Num.	Área(km ²)	%	Num.	Área(km ²)	%
Uso Sustentável (US)						
Floresta	105	300.069	3,5%	0	0	0,0%
Reserva Extrativista	88	138.335	1,6%	17	5.204	0,1%
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	33	116.632	1,4%	4	38	0,0%
Reserva de Fauna	0	0	0,0%	0	0	0,0%
Área de Proteção Ambiental	293	398.198	4,7%	59	43.775	1,2%
Área de Relevante Interesse Ecológico	46	915	0,0%	5	5	0,0%
RPPN	684	5.402	0,1%	0	0	0,0%

Fonte: CNUC/MMA, 2013
Adaptado por: PACHECO, 2014

Fonte: CNUC/MMA, 2013.

Adaptado por: Pacheco, 2014.

O modelo RESEX possui uma estrutura, em que os extrativistas gerenciam a unidade de conservação. Aqui a gestão é feita por um Conselho Deliberativo em que há a participação de todos os atores sociais que têm relações diretas com a RESEX. Neste conselho, a população tradicional tem como garantia a maioria de representantes na composição do mesmo. Entende-se como conselho deliberativo o que é estabelecido pelo Art 2º, I, na Instrução Normativa nº 2, de 18 de setembro de 2007. Conselho Deliberativo de RESEX ou RDS: o espaço legalmente constituído de valorização, discussão, negociação, deliberação e gestão da unidade de conservação e sua área de influência referente a questões sociais, econômicas, culturais e ambientais (ICMBio, 2007). Segundo Reydon; Calvacanti (2001), o conselho deliberativo precisa definir formas de ordenamento fundiário que resulte na

definição de uso da terra, cuja exploração dos recursos naturais deve ser feita de forma racional e respeitável.

Torna-se necessário acrescentar que a implantação da RESEX fortalece a população pesqueira local para resistir ao avanço de grandes empreendimentos e a compressão dos manguezais por esses empreendimentos. Como a política da RESEX foi o resultado de anos de luta conquistado pelos extrativistas, e por vezes, fortalece os grupos ligados às associações que lutaram para implementar a RESEX. Allegretti (2008) contribui para esta observação quando escreve que:

Ao transformar a proposta dos seringueiros em política pública, o governo brasileiro criou uma modalidade original de regularização de direitos fundiários e proteção de territórios e recursos naturais. Conferindo assim, poder institucional à população tradicional, que passará a ser mais uma força política nos locais onde se efetuaram as políticas da RESEX. (ALLEGRETI, 2008, p. 40)

Assim, com mais ferramentas em mãos, aos extrativistas conseguem se fortalecer na disputa dos conflitos fundiários já existentes na região. Aguiar et al (2010) nos fornecem essa concepção sobre a prática com a implantação de uma RESEX:

Todavia, apesar desses espaços serem criados e implantados para serem usados pelas comunidades tradicionais, na prática são permeados por conflitos socioambientais que envolvem diversos atores sociais pela apropriação e uso dos recursos naturais. Entre os conflitos destacam-se a questão fundiária, uma vez que essa categoria precisa ser regulamentada via desapropriação de terras. Assim, desencadeiam-se outros conflitos de interesses diversos envolvendo: o poder público responsável pela regularização fundiária, gestão e implementação da UC; os proprietários de terras que nem sempre aceitam vender suas propriedades, e/ou estipulam valores bem acima do preço de mercado, além dos vários usos atribuídos a esses territórios que comumente geram impactos socioambientais. No seio deste jogo de disputas acirradas, estão as comunidades tradicionais na perspectiva de usarem os recursos naturais de onde extraem sua base de sustento, além de outros atores e interesses a depender da localização e das características da UC, (AGUIAR et al, 2011, p.2).

O que acontece na prática é o potencial de fortalecimento dos atores menos favorecidos política e economicamente, que historicamente tiveram lutas pelo direito ao uso da terra, como é o caso de Canavieiras, local onde há histórico de luta pela terra como comprova através do Decreto nº 91616, de 04 de setembro de 1985 que dispõe:

A fixação de áreas prioritárias, para fins de reforma agrária, e declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais denominados Fazenda Puxim e Sarampo, compreendido nas referidas áreas, no município de Canavieiras, no estado da Bahia e dá outras providências...(DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1985)

Deste modo, foi feito um primeiro projeto em que uma associação de marisqueiras buscou meios de implantar a RESEX, e neste primeiro projeto houve o apoio ativo da prefeitura do município. Após um período outras associações começaram a participar do movimento para a implantação e através da organização das associações de pescadores, marisqueiras e agricultores tradicionais, e com apoio de ONG's e do ICMBio, a população tradicional conseguiu adicionar ao perímetro da RESEX áreas terrestres que inicialmente não estavam no primeiro projeto, o que causou o afastamento da prefeitura e esta passou a ser contra a implantação da reserva extrativista de Canavieiras.

A implantação da RESEX em Canavieiras foi feita, abarcando diversos atores sociais que tinham interesses antagônicos. De um lado aqueles que eram a favor da criação da RESEX: extrativistas; instituições governamentais federais como IBAMA, ICMBio Procuradoria Geral da União e ONG's ambientalistas. Do outro, aqueles que eram contrários à criação da RESEX: CDL – Câmara de Dirigentes e Lojistas local, prefeitura municipal, câmara de vereadores, carcinicultores, empresários do setor hoteleiro e especuladores imobiliários, (AGUIAR, 2010, p. 3).

Ainda sobre os conflitos ocorridos em Canavieiras, há mais contribuições:

Por envolver interesses econômicos de diferentes segmentos da sociedade local, quanto envolver a questão da conservação e restauração do meio ambiente, a criação da RESEX tornou-se objeto de posicionamentos antagônicos dentro do espaço geográfico municipal por parte de diferentes atores locais. Na manifestação dos conflitos de interesses o posicionamento dos principais atores sociais

foi o seguinte:

A favor da criação da RESEX: extrativistas, IBAMA e ONG's ambientalistas; Contrários à criação da RESEX: carcinicultores, empresários do setor hoteleiro, especuladores imobiliários, comerciários e agentes políticos, (Aguiar et al, 2010, p. 11)

3 METODOLOGIA

O método escolhido foi o dialético, pelo fato do pesquisador compreender o mundo a partir desta perspectiva. Os procedimentos foram diversos, pois o espaço vivido é complexo, como defendem Morin(2010), Santos(2006), Souza(1997) e por isso os procedimentos devem ser heterogêneos.

Assim, os procedimentos são, o histórico que é importante para entender o presente e a natureza da RESEX. É monográfico por ter como estudo de caso a implementação da reserva extrativista marinha de canavieiras. É observacional, por ter havido várias saídas em campo para entender as relações sociais e espaciais dessa implementação. É hermenêutico por terem sido feitas diversas entrevistas com os diferentes agentes que foram protagonistas no cenário da implementação da RESEX, cuja interpretação foi feita a partir da sociedade permeada de conflitos. E por último e não menos importante, um dos procedimentos é técnico, por utilizar tecnologias e programas necessários atualmente para a elaboração de mapas de uso do solo e conflitos ocorridos na área de estudo.

O método de abordagem científica foi o dialético, mas na perspectiva do dualismo entre a vida teórica e a prática ou, entre a vida prática e a teoria. A relação vida teórica e prática, consiste nas observações feitas no espaço a partir da leitura, onde os teóricos, buscam através do conhecimento científico, a interpretação do que está escrito nos livros, e pretendem entender o agora, o real, a partir da acumulação teórica da ciência. Já a relação vida prática e a teoria, parte da realidade social, dos trabalhadores e das trabalhadoras, que vivenciam o espaço, e têm suas ações tomadas a partir do acúmulo prático, do que chamamos atualmente de conhecimento popular. Quando aqueles que tem como base o conhecimento popular têm acesso à ciência, ou seja, ao “mundo” teórico, e buscam nos livros o conhecimento científico, para os auxiliarem no agir, nos momentos de decisões e escolhas na vida, que poderão refletir na vida dele, e a depender do trabalho exercido por esses, na vida de centenas ou até milhares de pessoas. Esses dois tipos de olhares, o “olhar” o mundo a partir da teoria, e do “olhar” o mundo a partir da prática, exercem uma relação dialógica entre si. Tanto o cientista como o homem prático, utilizam esses dois olhares em seu cotidiano para agirem em diversas

situações. Não há um purismo, os dois olhares se misturam, pois ambos vivem em sociedade, e o agir nela requer tanto um, como outro olhar. Todavia, ora torna-se mais necessário a maior utilização de uma ou outra forma de conhecimento, prático/teórico, para lidar em determinadas situações no espaço vivido. Tanto uma, como outra forma de “olhar o mundo”, estabelecem relações de diálogos entre o pensar e o agir no mundo.

Este trabalho possui como base o olhar a partir do mundo prático, que busca na teoria as possíveis soluções e/ou caminhos para contribuir, tanto para o conhecimento prático, como para o conhecimento científico. Sendo que, os representantes do conhecimento prático em questão são os povos tradicionais, que lidam no dia a dia com as problemáticas de gerenciar uma área complexa, como a RESEX, que é permeada de conflitos. Já o representante do conhecimento científico, é a própria comunidade acadêmica, que produz ciência para se entender e decifrar o mundo, tendo como norte à importância da diversidade social e espacial.

Partindo da perspectiva supracitada, observou-se um quadro socioespacial permeado de conflitos, que são resultados dos choques de interesse, ou seja, conflitos entre distintos grupos sociais, que se expandem ou se comprimem, a depender da força que seus grupos possuem. E neste quadro, aqueles que estavam sendo comprimidos eram os pescadores e agricultores familiares, pelos agentes que detinham mais capital e poder¹, pelo menos até a criação da RESEX. Após a criação da RESEX, os pescadores, que já detinham poder gerado no mundo da vida, agora passou a deter mais poder do mundo sistêmico, que fez com que a força dos extrativistas aumentasse exponencialmente, podendo negociar com os outros atores que detinham poder econômico e sistêmico.

Para entender o que levou cada ator social a entrar em conflito, foi preciso também, entender a relação de pertencimento das pessoas com seu lugar e a acumulação material e imaterial neste, que dão conteúdo ao sentido de viver no território. Entendo o sentimento de territorialidade e mantendo uma relação de empatia com

¹ O conceito de poder aqui entendido, é segundo a perspectiva de Habermas. Ele afirma a relação complementar entre o poder gerado no mundo da vida e aquele referente ao mundo sistêmico, relação mediada através do direito. Segundo Habermas o poder político não pode ser considerado apenas em seus aspectos comunicativos, assim como não pode ser pensado apenas como resultante de uma ação estratégica.

os entrevistados, ou seja identificando no próximo relações ideológicas similares ao do pesquisador, foram realizadas entrevistas com diversos atores que participaram dos conflitos que resultaram do movimento Natureza sim, RESEX não.

O método utilizado para a realização da entrevista, parte antes de tudo, da empiria, da prática nas relações sociais para entrar, dialogar e sair dos grupos sociais. Ora, estabelecendo relações de maior ou menor proximidade e confiança; depois, auxiliado por um gravador e bloco de anotações, foram realizadas entrevistas abertas, onde é formulada uma ou várias questões em que se consiga observar nas repostas, geralmente longas, a essência do que se procura. Para isso é necessário criar um clima de conversa informal, estabelecendo diálogos abertos e francos, desde que a franquidade não ponha em risco a pesquisa, mas que consiga ao mesmo tempo, estabelecer no diálogo uma relação de confiança com o entrevistado para que ele se sinta à vontade para falar o que realmente pensa a respeito do tema da pesquisa.

Posto isto em prática, foi desenvolvido um relatório de campo onde se procurou identificar os motivos e as participações de cada ator social no movimento Natureza sim, RESEX não.

Foram então identificados diversos motivos que resultaram nos conflitos causados pela implantação da RESEX. Como problemas da gestão territorial, que é a problemática que é discutido pelos autores que pesquisam sobre o federalismo; problemas de interesse econômico: por questões da receita do município, envolvendo todos os atores que geram receita para o município; problemas de cunho familiar, com disputa por terra ou legitimidade para ocupar certas áreas, entre outros. Só que, observando e analisando a fundo, chegou-se a conclusão que o real problema não eram essencialmente de conflitos sociais puramente, mas da relação entre o social e a natureza, ou do uso dos recursos que a natureza pode proporcionar aos diferentes atores sociais, ou seja a disputa por terra, que é onde se obtém os recursos materiais necessários para o desenvolvimento da vida em uma sociedade.

Na busca por tentar evidenciar os conflitos fundiários, foram realizados mapeamentos de uso do solo e identificação dos pontos onde houveram conflitos de interesse, na implantação da RESEX.

Os materiais utilizados para a realização da pesquisa foram o GPS Garmim, blocos de anotações, um notebook com os programas necessários para a produção de mapas e dados, que são: Gps TrackMaker, Google Earth, ArcGis 9.3 e Paint. Por fim, foram utilizados diversos tipos de transporte como o aéreo, rodoviário (ônibus, carros e motos) e marítimo (barcos).

As etapas das pesquisas foram: primeiro, estudos de textos sobre as principais discussões que permeiam a temática ambiental, através de reuniões do grupo Costeiros; segundo, foi feito um primeiro trabalho de campo, financiado pelo CNPQ, através da bolsa PIBIC, onde foram observados diversos temas a serem pesquisados. Neste campo pôde-se escolher o tema. Também foi feito um levantamento bibliográfico no arquivo público do município, onde foram disponibilizados anais que tinham notícias oficiais da prefeitura, onde foram feitas anotações e fotos desses arquivos para serem melhor estudados depois. Foram gravados vídeos, em duas sessões da Câmara de Vereadores do município, onde pôde-se observar a relação de poder entre os vereadores para entender quais deles possuíam as melhores retóricas para convencerem os demais vereadores a votarem nos projetos aos quais os mais influentes defendiam, além de observar a influência da participação popular nessas sessões, que pressionavam para que uma ou outra proposta fosse aceita, ou não. Este relatório foi apresentado no SEMPPG 2011, e foi utilizado neste trabalho; no ano seguinte, utilizando recursos da bolsa PIBIC CNPQ 2011 – 2012, foram feitos mais estudos e chegou a conclusão, a partir do relatório anterior, que o problema crucial era de uso do solo, por isso, foi um projeto de pesquisa que tinha como intuito mapear o uso do solo e os conflitos que aconteceram no perímetro da RESEX Canavieiras. O projeto foi intitulado: o uso do solo e conflitos fundiário na reserva extrativista marinha de Canavieiras. Para a realização deste estudo contou – se tanto com os recursos da bolsa PIBIC, como do projeto Petrotecmangue, projeto este de carácter privado, que faz parte do EIA – Estudos de Impactos Ambientais, da empresa Queiroz Galvão S.A, que está

realizando estudos na costa do município para exploração de recursos petrolíferos. Foram realizadas duas saídas em campo, com duração média de 5 dias cada uma, que tinha como finalidade georreferenciar o uso do solo nas comunidades que compoñham a RESEX. Para este georreferenciamento foi utilizado um GPS da marca Garmin, disponível no almoxarifado do Instituto de Geociências, um bloco de anotações para registrar em solo a vegetação e o uso do solo nas áreas de estudo. Para se conseguir conhecer e percorrer os locais desejados, foram **imprescindíveis** a colaboração dos moradores destas localidades, que com disponibilidade e afetividade serviam de guia e professores para relatar as histórias dos locais. Para ter acesso a essas localidades foi preciso utilizar diversos meios de transporte, como moto e carro para percorrer a comunidade de Barra Velha, ônibus para chegar a comunidade de Oiticica, sendo que os percursos foram feitos à pé, ônibus para chegar à comunidade de Puxim do Sul e fretar um carro para percorrer as áreas de interesse nesta localidade, em Campinhos o meio de transporte utilizado foi o barco a motor, onde tivemos que arcar com as despesas do combustível e da diária do navegador. Para percorrer a pé toda essa área foi preciso dormir uma noite aí, para a jornada iniciar-se bem cedo, para percorrer toda a área, os materiais foram os mesmos para o georreferenciamento de todas as comunidades. Na comunidade de Puxim da praia, foi preciso alugar um carro e percorrer o percurso ora a pé, ora de carro. Para a comunidade de Atalaia, também foi preciso fretar uma moto táxi, para chegar à localidade.

Outra etapa da pesquisa foi a produção dos mapas, onde foram utilizados dois programas, o primeiro foi o GVSig, que devido à complexidade e a falta de shapes com formatos ideais que este programa exigia, teve de ser substituído pelo ArcGis 9.3 em português. O datum utilizado foi o Corrego Alegre, os perímetros foram traçados pelo Google Earth, onde foram transferidos os pontos do GPS, e associando o que representava cada ponto, conforme a textura e cor da superfície em destaque. O método para se traçar os limites das comunidades foram através de delimitações feitas pelos rios que banham as localidades, como se aprende nas aulas de cartografia na universidade, associada a este conhecimento está o conhecimento dos próprios moradores, no que diz respeito aos limites de cada comunidade. Foi utilizado o programa GPSTracking, pra extrair as informações do

GPS para o computador.

O último campo fez parte do relatório 2012 – 2013, que foi denominado com o mesmo título do relatório anterior, mas que teve como objetivo finalizar o mapeamento na comunidade de Puxim do Sul, e a parte da RESEX que está no município de Belmonte. Todos os relatórios foram apresentados nos SEMPPG's, conforme o ano em vigor da bolsa.

A última etapa deste trabalho, foi a pesquisa bibliográficas, sobre os temas que interessavam os estudos do grupo de pesquisa, onde foram consultados as bibliotecas da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), e da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), ambas localizadas no município de Ilhéus – Bahia. Também foram realizadas pesquisas bibliográficas pela internet, e através de compartilhamento de informações entre pesquisadores que se encontraram nos Seminários de Estudos Costeiros, realizados na Universidade Federal da Bahia, no Instituto de Geociências, pelo grupo de pesquisa Costeiros. Feito esses levantamentos, foi produzido esse trabalho de finalização de curso, que procura colaborar para o enriquecimento bibliográfico sobre o tema: reserva extrativistas.

4 RESULTADOS

4.1 O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CANAVIEIRAS.

O processo de implantação da RESEX contou com a participação inicial de 7 associações instaladas nas seguintes localidades: na sede municipal, em Atalaia, em Campinhos, em Puxim do Sul, em Puxim da Praia, em Barra Velha e em Oticica. Totalizando 2.300 famílias beneficiadas. As associações têm como principais atividades a pesca, a mariscagem e a agricultura familiar. Segundo o Decreto presidencial, a Reserva Extrativista de Canavieiras tem por objetivo proteger os meios de vida e a cultura da população extrativista residente na área de sua abrangência e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. Segundo o Art. 3º do Decreto citado abaixo,

Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA administrar a Reserva Extrativista de Canavieiras, adotando as medidas necessárias para sua implantação e controle, nos termos do art. 18 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, providenciando o contrato de cessão de uso gratuito com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e acompanhar o cumprimento das condições nele estipuladas, na forma da lei.

A lei especifica que as reservas extrativistas são criadas a partir de uma demanda da sociedade e não por decisão do Governo federal. Os pescadores da região de Canavieiras solicitaram a instalação da RESEX com o intuito de ampará-los diante de dificuldades vividas na época. Segundo lideranças entrevistadas, em 2001 aconteceu uma mortandade de caranguejos nos manguezais do município, isto fez com que os pescadores se preocupassem com a questão da preservação desta e de outras espécies que eles extraíam da natureza para sua sobrevivência (PACHECO, 2011). A partir daí os extrativistas começaram a se organizar, criando associações nas comunidades, fazendo monitorias das populações de caranguejos, siris, sururus,

lambreta, etc, oriundos dos manguezais. Os extrativistas reclamavam que na época da “andada dos caranguejos” (período de reprodução dos caranguejos) eles não tinham como se manter, pois neste período ficava proibida a captura do caranguejo para que haja um equilíbrio na população destas espécies. O que acontecia era que na época de reprodução dos caranguejos, siris, sururus, ostras, lagostas, entre tantos outros, os pescadores ficavam impossibilitados de capturá-las e conseqüentemente de se manter, ficando então à mercê da prefeitura e da solidariedade dos vizinhos ou do resto da população canavieirense. Contudo, a prefeitura quase nada fazia para com estes extrativistas, a não ser distribuir cestas básicas. Portanto como não tinham outra alternativa, muitos dos extrativistas se viam obrigados a extrair estes organismos, mesmo neste período, correndo o risco de serem pegos pelos fiscais do IBAMA e receberem multas, como relata Pacheco (2011).

A partir de contatos com ONGs como Pangea e órgãos como o ICMBio, os pescadores tomaram conhecimento sobre o que era uma reserva extrativista marinha. A partir de estudos, chegaram à conclusão que este modelo de gestão e conservação seria o mais adequado para as comunidades tradicionais que dependem do extrativismo no município, Pacheco (2011). Então, em 2006 foi criada a reserva extrativista de Canavieiras. Todavia este processo de implantação não foi fácil, houveram vários conflitos (os conflitos aqui não têm uma conotação de conflitos armados, embora a ameaça fosse próxima a isto) entre os extrativistas tradicionais e os segmentos de maior poder econômico e político da cidade. Os que lutaram contra a criação da reserva compreendiam a população quase que inteira da cidade de Canavieiras, chegando haver uma passeata que teve a participação de mais de 6.000 pessoas. Essa passeata foi organizada e liderada pelos seguintes agentes sociais: A Prefeitura Municipal, a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), a Câmara de Vereadores, os carcinicultores, os empreendedores da rede hoteleira. Esses segmentos realizaram uma intensa campanha local para convencer a população a resistirem ao processo de implantação da RESEX, e o resultado foi o movimento Natureza sim, RESEX não.

Este movimento foi um movimento organizado pelas lideranças políticas locais, que

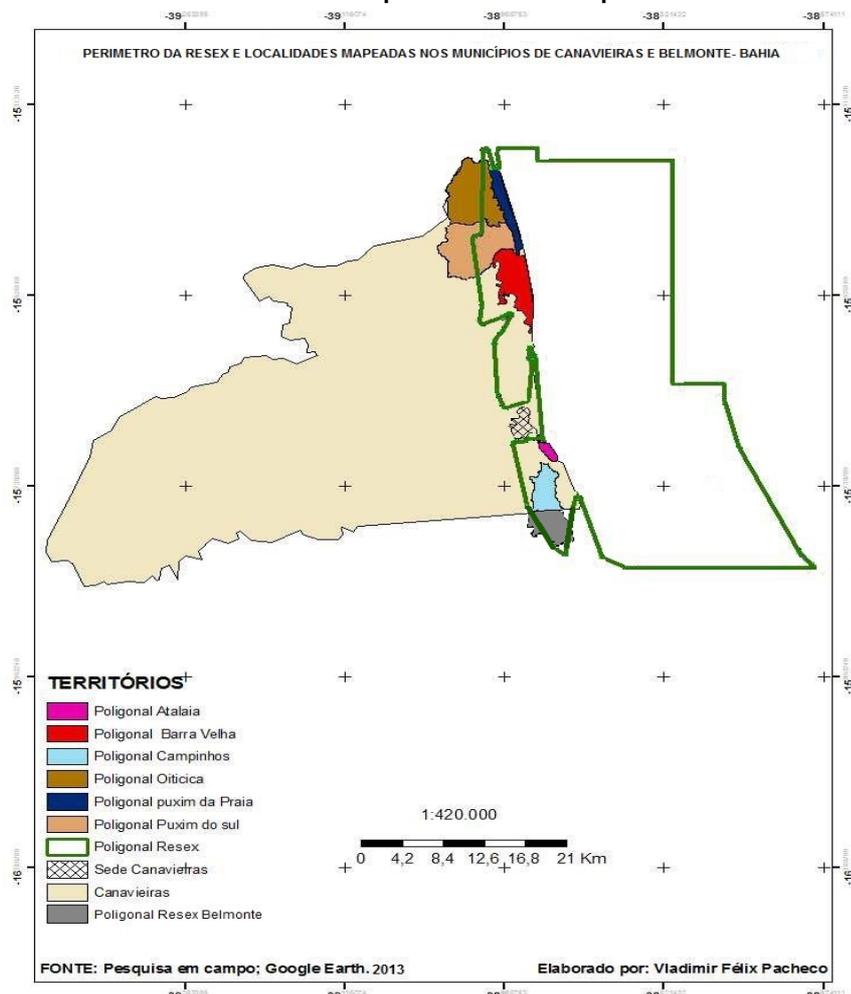
tem como principal função articular forças políticas para preservar as organizações sistemáticas do poder.

4.2 MAPEAMENTOS DOS USOS DOS SOLOS E CONFLITOS FUNDIÁRIOS

4.2.1 CANAVIEIRAS

Como resultado dos mapeamentos realizados no município de Canavieiras, obteve-se a Mapa 2, que é o mapeamento de todas as comunidades que fazem parte do perímetro da RESEX, mesmo que parcialmente. Este mapa foi produzido na escala 1:420.00 e abrange as comunidades de Atalaia, Barra Velha, Campinhos, Oiticica, Puxim da Praia, Puxim do Sul, parte da RESEX em Belmonte, o perímetro da RESEX segundo dados obtidos no Diário oficial nº 107, 6 de junho de 2006, e a sede do município. Assim, registra-se novas territorialidades no município formado pela criação da RESEX.

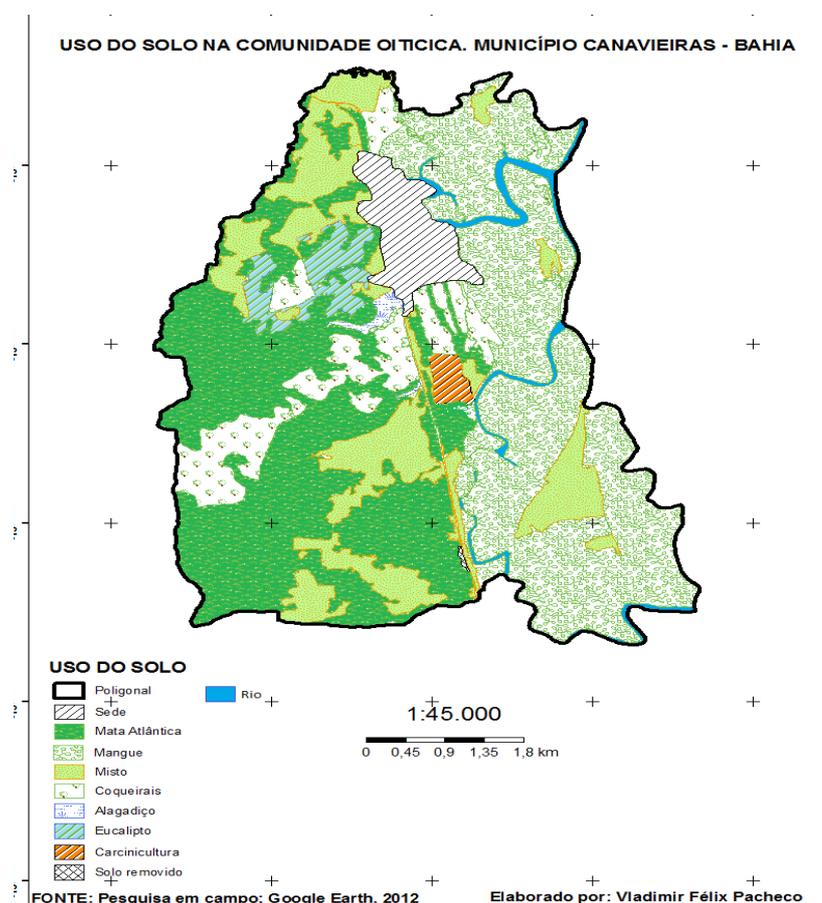
MAPA 2- Perímetro da RESEX e localidades mapeadas nos municípios de Canavieiras - Bahia



4.2.2 COMUNIDADE DE OITICICA

Oitica é uma comunidade localizada nos municípios de Canavieiras e Pedras de Una, com diversos usos do solo tais como cultivo de coqueiros, cultivo misto (coqueiros, mangueiras, laranjeiras, limoeiros, cajueiros, dendê, piaçava, entre outros), eucalipto, carcinicultura, manguezais, mata preservada e área alagadiça, como se vê no Mapa 3. Nesta comunidade encontram-se grandes plantações de coco e eucalipto, além de uma sede de uma fazenda de carcinicultura e uma fábrica de beneficiamento do coco (coco ralado e leite de coco). Esta fábrica emprega cerca de 35 pessoas da comunidade e de outras comunidades vizinhas.

Mapa 3



A área tem um considerável potencial de haver conflitos de interesse como é o caso da fazenda de carcinicultura, que entrando em operação, trará problemas aos extrativistas tradicionais da comunidade como relata Machado (2007), sobre a pressão e os efeitos da carcinicultura nos estuários e mangues das proximidades:

As maiores pressões, entretanto, são verificadas nos empreendimentos de aqüicultura realizados no entorno das áreas de mangue que tem como objetivo o cultivo do Camarão de procedência equatoriana, *Penaeus vanamei*. O fato da espécie ser exótica, e os empreendimentos estarem situados próximos uns dos outros pode vir a constituir uma pressão negativa sobre o ecossistema, pela ação de vírus e bactérias, assim como pelos efluentes dos cultivos que são despejados nos rios e mangues, com altas taxas de nutrientes e demais produtos químicos e farmacológicos, como antibióticos e fungicidas. Desse modo, teme-se que este tipo de atividade afete grande parte da população de Canavieiras que vive tradicionalmente dos recursos presentes no manguezal, lagoas, matas e estuários, ambientes diretamente atingidos pelas ações dos cultivos, (MACHADO, 2007, p. 83).

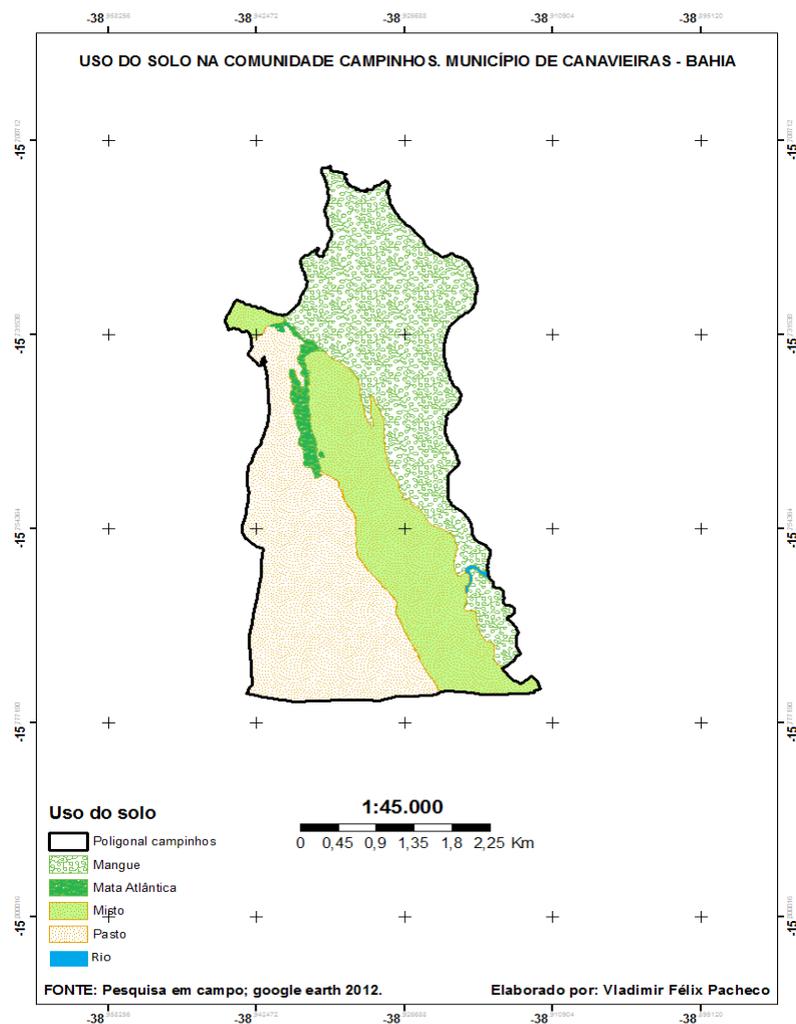
Ainda sobre a cultura da carcinicultura, há efeitos nocivos ao ambiente natural que prejudicam a pesca, a mariscagem e o ecoturismo, como relata MACHADO (2007):

Estudos em áreas de manguezais próximas às fazendas de camarão apontam uma redução significativa do desenvolvimento estrutural dos bosques de bacia e apicuns, com conseqüências diretas a exportação de material dissolvido às águas costeiras (LAHMANN, et al, 1987). De grande significado pode ser a interferência do aporte de sedimentos finos e contaminantes de origem terrestre sobre os bancos de corais, devido à fragilidade destes organismos à turbidez e a 84 alteração da qualidade das águas, com conseqüências diretas sobre a indústria do ecoturismo. Além disso, o impacto da construção de tanques sobre a produtividade estuarina com a substituição dos manguezais, e a queda da produtividade dos bancos de corais devido à morte dos organismos, deve apontar para um efeito sinérgico sobre a produtividade costeira, com conseqüências diretas à economia e à sociedade (SHAFFER-NOVELLI, 2001 *apud*, MACHADO, 2007 p. 84).

4.2.3 COMUNIDADE DE CAMPINHOS

Há bastante diversificação no uso do solo na parte mista, como banana, mangaba, dendê, pinha, mandioca, milho etc., mas também há uma grande área de pasto, além de manguezais e áreas de mata preservada, conforme o Mapa 4. Hoje em dia, não há mais conflitos nessa comunidade. Contudo, houve conflitos entre os moradores da comunidade e proprietários de outros países e de outras regiões do país que tinham a intenção de fazerem investimentos como pecuária e monocultura de coco na parte sudoeste e ao norte da comunidade respectivamente. Com a criação da RESEX, possibilitou-se uma maior fiscalização da área por parte de agentes do ICMBio, e dos moradores que denunciavam caso algo fosse detectado que viesse a prejudicar a natureza e o trabalho dos pescadores e marisqueiras da comunidade.

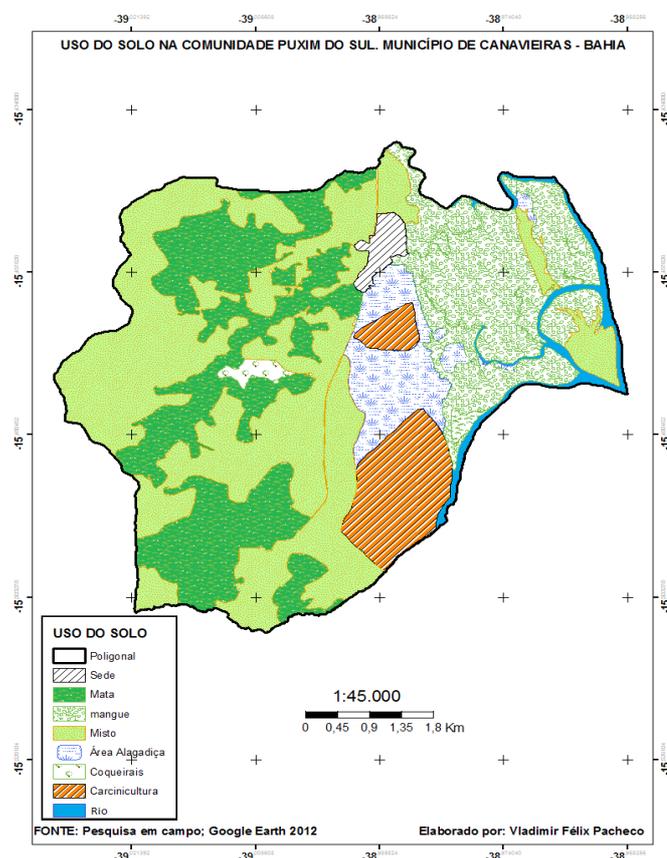
Mapa 4-



4.2.4 COMUNIDADE DE PUXIM DO SUL

Essa comunidade conta com um grande histórico de conflito fundiário. As lideranças afirmam que este foi o primeiro local a ter um assentamento de sem-terra no Brasil conquistado a partir de um conflito armado: o assentamento de Puxim-Sarampo. A afirmação dessas lideranças não puderam ser esclarecida se foi, ou não, o primeiro assentamento do país. Houve conflito com a empresa Vera Cruz Celulose que investiu em propagandas na cidade, divulgando que seria bom para o município a instalação da empresa Vera Cruz, pois geraria pelo menos 5 mil empregos diretos e indiretos. Contudo esse argumento foi desfeito por moradores da comunidade em audiências públicas. Depois de desfeito o argumento, os moradores, fizeram protestos contra a presença daquela empresa, que ali se instalou. Quanto ao uso do solo, são esses descritos: misto (área com coqueirais, pasto, árvores frutíferas [manga, abacate, limão, mangaba, dendê, entre outras]), resquício de mata, grandes áreas de coqueirais, fazendas de camarão, manguezais, mata conservada e áreas alagadiças, em conformidade com o mapa 5, a seguir:

Mapa 5-



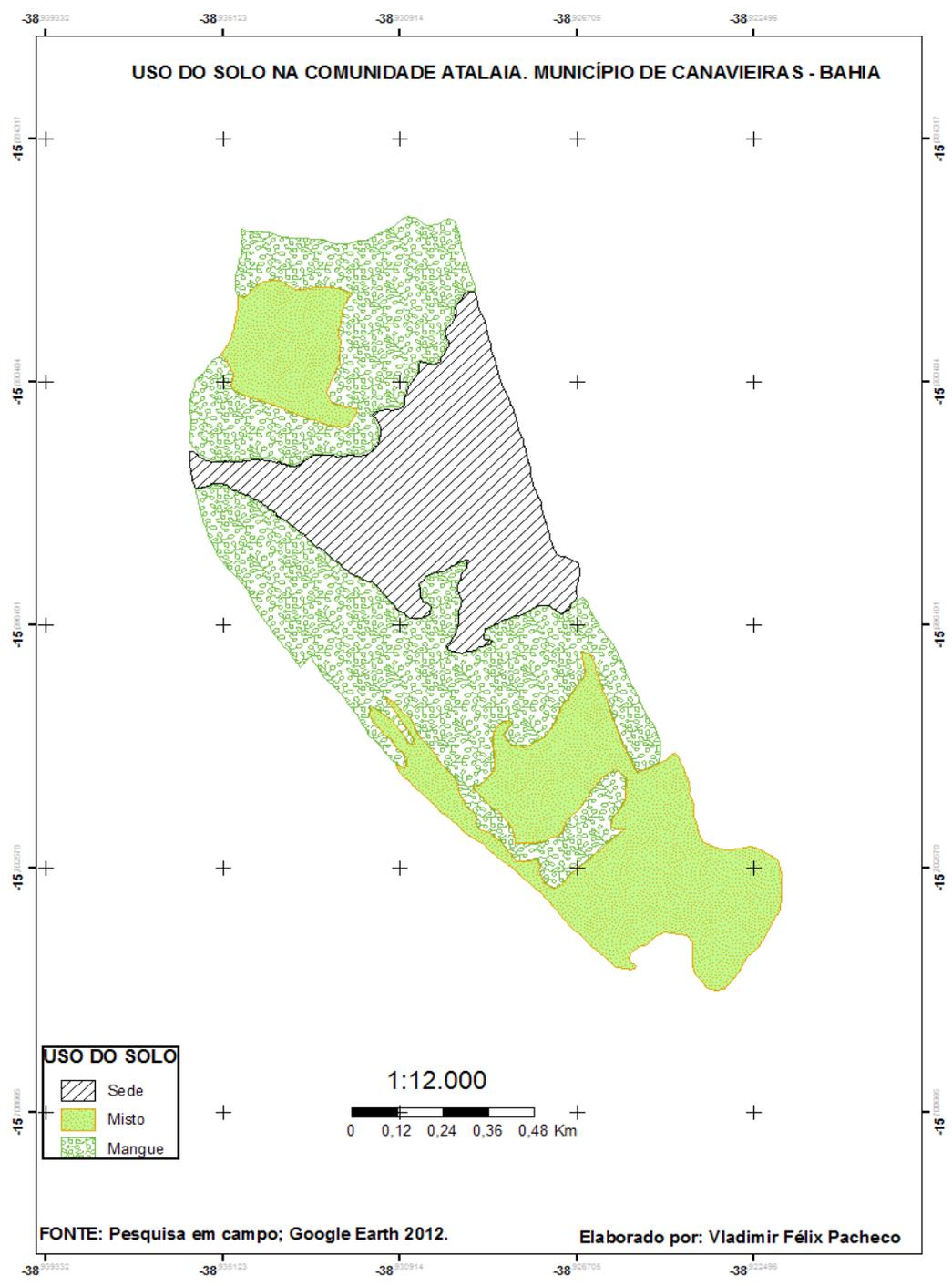
4.2.5 COMUNIDADE DE ATALAIA

Nessa comunidade só se observou uso misto (coco, dendê, manga, mangaba, abacate, entre outros) e manguezais, consoante o Mapa 6. Existe um conflito com a prefeitura municipal por causa da ausência, até hoje, da regularização da ocupação por parte do Serviço de Patrimônio da União (SPU), necessário em terrenos de Marinha. Assim sendo, representantes da Prefeitura Municipal afirmaram de não ter a condição de decidir sobre o uso do solo nessa comunidade, que faz parte de uma ilha, e ainda ter que proporcionar serviços municipais urbanos como iluminação pública ou rede de água àquela comunidade. Contudo, não existem mais conflitos entre a comunidade que aí vive, com exceção de um Alemão que possui títulos de posse em terrenos da União e que por vezes impede os pescadores de ter acesso aos pequenos portos e caminhos que levam a locais de pesca.

Após a prefeitura ter percebido que com a criação da RESEX ela perderia parte importante de sua área, passando esta parte da ilha a ser gerenciada pelos extrativistas. Formou-se então uma disputa por territórios naquele município. Um dos pontos cruciais neste conflito foi a entrada da comunidade de Atalaia no perímetro da RESEX.

Aí entra a questão da gestão do solo, porque uma parte do solo da RESEX que está na parte do solo em terra firme é um bairro daqui, que fica na ilha de Atalaia. Então quem é responsável pela gestão do solo? Há esse choque, e isso precisa ser resolvido. Porque o modelo de reserva extrativista passa a posse do solo para os extrativistas, e como se pode passar a posse da área urbana de um município para as mãos dos extrativistas? Existe um conflito quanto à gestão do solo. Então para o município o entrave é esse, é essa não concordância, dessa disparidade de quem é o verdadeiro administrador do solo, (Marcos Bessa Gomes de Oliveira, ex-Assessor do Conselho de meio ambiente do município)

Mapa 6



4.2.6 COMUNIDADE DE BARRA VELHA

Esse é o lugar em que houve e ainda há os maiores conflitos no processo de criação da reserva extrativista marinha de Canavieiras. Todos esses conflitos tiveram vários motivos, entre eles o citado pelo ex-assessor de meio ambiente do município:

E a gente tem tido essa evasão de interesses em investir em Canavieiras, desde turismo, hotelaria, como da parte de outros investimentos também. [...] Entre 1999 e 2005 a gente teve uma demanda de cinco empreendimentos hoteleiros aqui, todos na área da Barra Velha, que hoje é uma área que está dentro da RESEX. Na proposta da RESEX, ela era marinha, se você ver ofício do IBAMA para a primeira audiência pública ela cita área de manguezal e 100 metros mar adentro, só. Eu não participei, mas todo o processo de audiência pública e consulta foi feito nesse modelo marinho e quando da execução do ato, do decreto, ele incorporou uma parte da área terrestre, a parte norte, onde seriam esses empreendimentos hoteleiros, e a parte sul, principalmente o bairro de Atalaia, (entrevista de Bessa ex assessor do conselho de meio ambiente).

Além dos problemas jurídicos, havia os problemas de convivência entre os moradores, mesmo antes da implantação da RESEX. Alguns falam de questões antigas, de famílias que vivem por ali há dezenas ou centenas de anos. Esta é uma problemática que se observa quando partimos da observação a partir da prática, do real, do sentir, de entender e traduzir, para que se chegue ao entendimento mais profundo do que acontece na realidade.

Como pode ser observado no Mapa 7, a maioria dos domicílios são contra a RESEX. Ao longo dos anos da implantação da reserva, de julho de 2006 a julho de 2012, poucas pessoas deixaram de ser contra para serem a favor da RESEX. Essa comunidade possui o cenário mais difícil de ser mudado devido à intensidade dos conflitos existentes. Aí há um fator complicante que são as brigas entre familiares, ao que parece já havia conflito entre alguns moradores, e com a implantação da

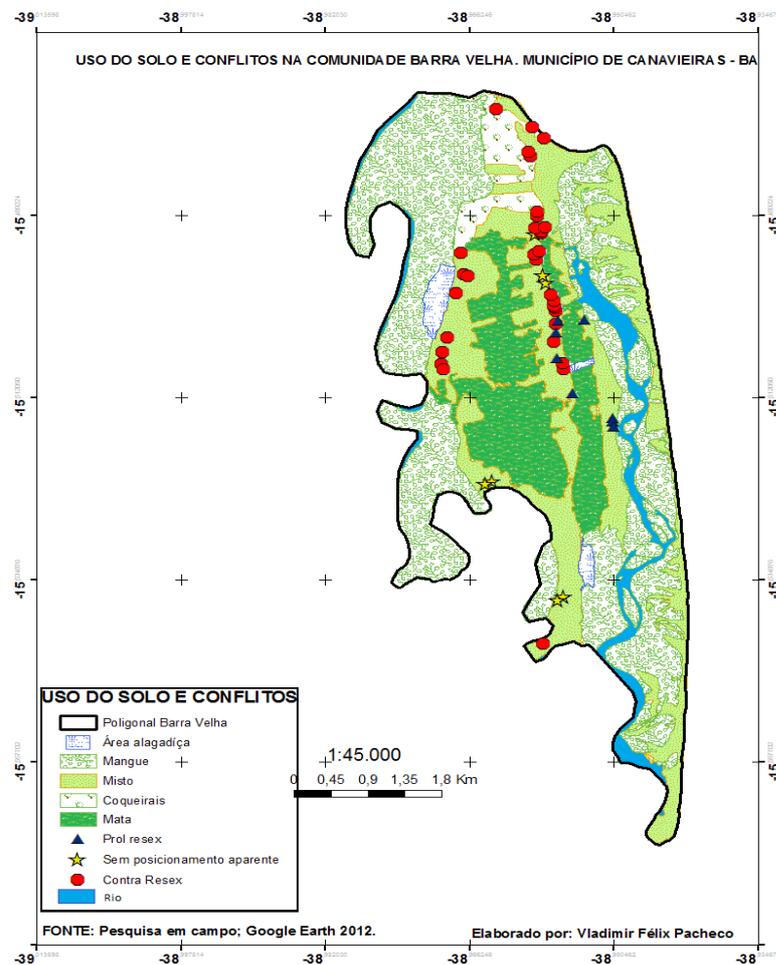
RESEX esses conflitos crescerão ainda mais, o principal motivo quanto à RESEX, é que as pessoas deixam de ter a propriedade e passam a ter direito de uso, mas esse uso ainda tem que ser dentro das normas estabelecida pelo Conselho Deliberativo, o que causou revolta por parte de alguns moradores, pois eles tinham a intenção de vender os terrenos e com a RESEX ficou inviável tal transação.

Para averiguar melhor o que aconteceu, vejamos o trecho da entrevista cedido pelo ex vice-presidente da Associação Mãe da RESEX:

Teve um caso bem emblemático que aconteceu na Barra Velha, com a esposa de Sr. Arion, ela era hipertensa e sofria de diabetes (...) ele já vinha sendo ameaçado de morte e aí em seguida envenenaram o poço deles, jogaram óleo queimado dentro do poço para que eles não tivessem o que beber. Quando eles chegaram lá que foram colocar o balde no poço para beber água ela estava contaminada. Denunciamos para a polícia federal, mas infelizmente não houve investigação. Aí conseguimos com o apoio do Pangea e do IBAMA na época, fazer um poço alternativo para ele, pra que ele tivesse como beber água, para não sair de lá. Neste meio tempo ele tem que vir no sábado para cidade para vender o marisco dele e voltar pro sítio, aí começara envenenar os animais da roça dele. Quando ele chegava lá tinha galinha envenenada. E ela não foi resistindo, o estado de nervo ficou muito grande. Teve um dia que eles chegaram lá, estava o gato envenenado morto, as galinhas, cachorro... tudo morto. Aí ela teve um infarte fulminante, e isso pra mim foi um assassinato, (Carlos Alberto Pinto).

O uso do solo em Barra Velha se divide em cinco tipos diferentes (ver Mapa 7): áreas alagadiças, área de manguezais, área mista (manga, dendê, coco, abacate, mangaba, laranja, pasto, entre outros), coqueirais e mata atlântica.

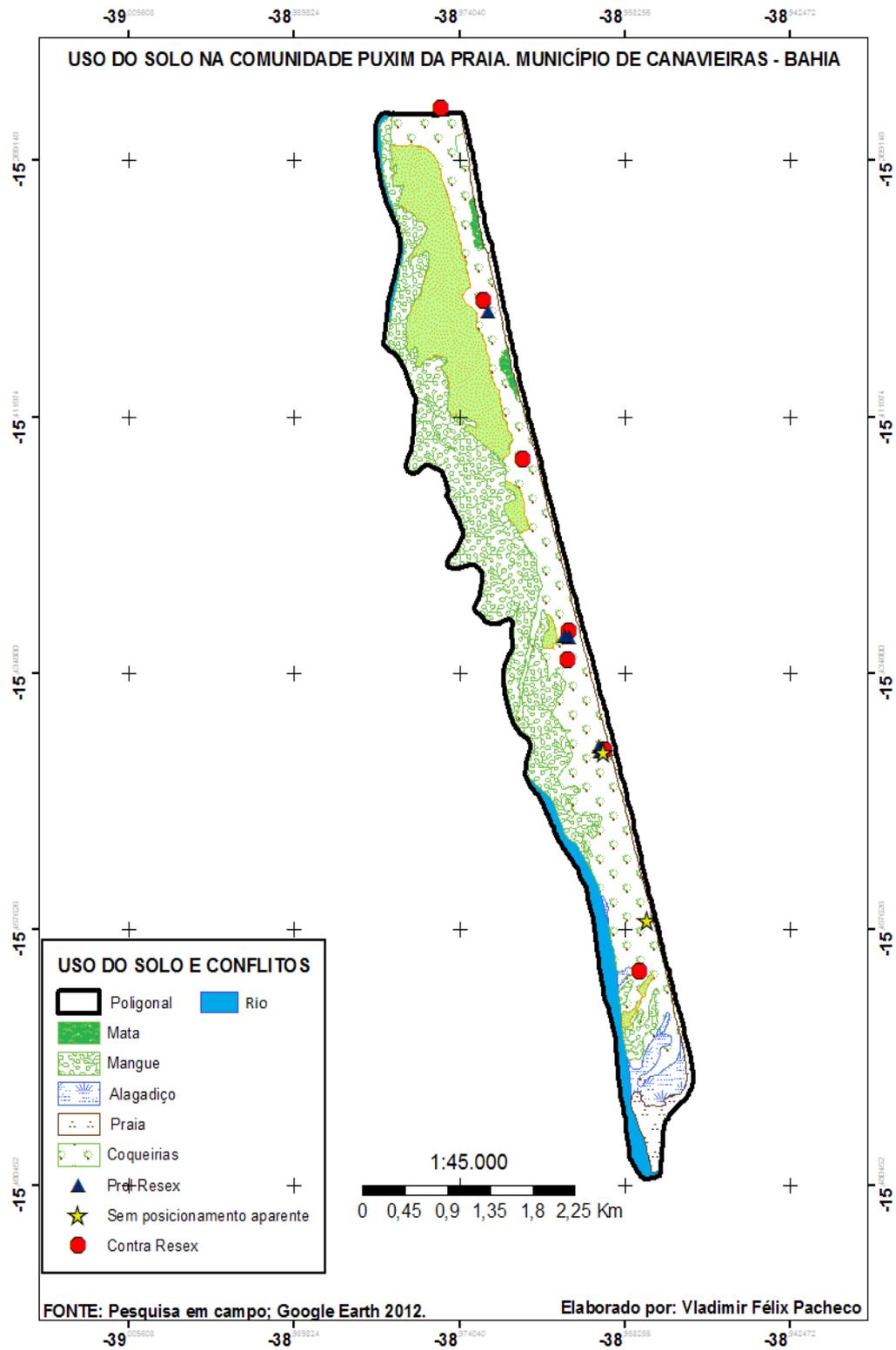
Mapa 7



4.2.7 COMUNIDADE DE PUXIM DA PRAIA

Nesta comunidade o uso do solo está distribuído da seguinte maneira: áreas de coqueirais, manguezais, mata atlântica e áreas alagadiças, como é demonstrado na Mapa 8. Essa área tem conflito de uso do solo com o hotel Transamérica, situado em Comandatuba, no município de Pedras de Una. Houve e há conflitos também com proprietários de terra de naturalidade estrangeira e outros vindos do Sudeste do país, prioritariamente do estado de São Paulo.

Mapa 8



4.3 A ATUAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS ENVOLVIDOS NO CONFLITO DA IMPLANTAÇÃO DA RESEX DE CANAVIEIRAS

4.3.1 O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES DE PESCADORES E/OU AGRICULTORES TRADICIONAIS DE CANAVIEIRAS NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA RESEX DE CANAVIEIRAS

Pautando essa problemática dos conflitos ocorridos em Canavieiras, ponderaremos a respeito de como agiram os atores sociais no auge dos conflitos ocorridos durante o processo de implantação da RESEX. Para a elaboração do cenário dos conflitos em Canavieiras a partir dos atores sociais, foi preciso documentar através de entrevistas com representantes de cada ator social envolvido nesta disputa, assim foi elaborado um material de pesquisa primária a partir de entrevistas realizadas no município. Apresentaremos então, o papel de cada ator social envolvidos nesses conflitos.

Os extrativistas tradicionais, ao passarem por diversas dificuldades e por entenderem que para a criação da RESEX precisariam estar organizados, criaram associações nas comunidades. Na implantação da RESEX, havia sete associações: Colônia de Pesca Z-20, Associação de pescadores de Puxim do Sul, Associação de pescadores de Puxim da Praia, Associação de extrativistas de Barra Velha, Associação de pescadores de Atalaia, Associação de pescadores e de agricultores de Campinhos e Associação de pescadores de Oiticica. Após a implantação da reserva foi criada, em 2009, a associação mãe, como explica em entrevista o ex vice-presidente da associação mãe:

A criação da associação–mãe surgiu com a ideia de se criar uma entidade que se articulasse em rede com as outras associações. Aí nós pensamos em criar esta instituição que fizesse o papel mais de articular mesmo, que quando os projetos fossem em conjunto, trabalhasse em conjunto e que pensasse para frente quando a RESEX estivesse criada, pra receber os títulos da concessão do direito real de uso, que trabalhasse com o crédito do programa nacional de reforma agrária e tal, (Carlos Alberto Pinto, ex vice-presidente da associação mãe da RESEX Canavieiras).

Então, organizados e atuando em conjunto com órgãos governamentais como IBAMA, o ICMBio etc, e ONGs, as associações participaram de audiências e agiram recorrendo a todas as instâncias da justiça, até que conseguiram a implantação da RESEX sob a forma de decreto presidencial.

Hoje a gente está aí na linha de frente, no dia a dia, mas teve um momento que a gente teve que recuar e ver como combater toda aquela nuvem de fumaça que vinha a contradizer a realidade, né. Procuramos apoio e fomos encontrar fora da cidade, através de ONGs, organizações governamentais, algumas secretarias, que até o Governo do Estado que era contra, dava ouvido a eles, tanto o anterior, o Paulo Souto, que a gente nem contava com ele, é da direita mesmo, mas o próprio governador Wagner, no princípio aqui quando ele se elegeu não levantava bandeira para defender a gente, alguns secretários dele foi que levantou a bandeira, comprou a briga e colocou a gente sentado com ele frente a frente para explicar a situação que tava ocorrendo aqui, e aí fomos levantando força em Brasília, (Ernesto Monteiro de Almeida, ex- presidente da Associação Mãe da RESEX Canavieiras).

4.3.2 A PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAVIEIRAS E SUA ATUAÇÃO

A atuação da prefeitura foi contraditória. No início da implantação, quando ainda se estava discutindo e planejando a implantação da RESEX, até a primeira audiência pública, a prefeitura estava a favor da criação. Contudo, a partir de 2005 a prefeitura mudou de posição e passou a ser contra a implantação da reserva extrativista marinha:

Em 2001 ou foi em 2002, até 2004-2005, era tranquilo esse processo, tinha a participação de várias autoridades locais, Câmara de vereadores, da própria prefeitura, secretaria de meio ambiente do município. Todos eles estavam juntos no processo de criação da

reserva extrativista, essa foi uma coisa que naquele momento eu não acompanhei mas eu vi nas atas das reuniões, naquele momento entendia-se que estava todo mundo de acordo com isso. A partir de 2004-2005, foi que deu uma reviravolta mesmo, (Fábio Oliveira Santana, ex secretário financeiro da Associação Mãe da RESEX Canavieiras).

A prefeitura de Canavieiras, até o momento da criação da reserva, ela apoiava. Nós temos inclusive cartas de apoio da prefeitura municipal, ofícios da Prefeitura solicitando pressa na criação da RESEX. Mas no momento que foi criada a RESEX, que os setores mais poderosos economicamente se organizaram e se insurgiram contra a RESEX, a Prefeitura passou para o lado deles e se tornou nosso grande inimigo, e ele era um mediador do processo contrário, inclusive sofreu muito porque os opositores perguntavam como ele tinha apoiado e agora era contra, (Sérgio Fernandes de Freitas, ex sub-chefe do ICMBio-Canavieiras)

Depois de fazer um levantamento no jornal oficial do município, foi descoberto outro problema encontrado para a prefeitura caso fosse criada a RESEX: a equipe municipal tinha o sentimento de que a prefeitura, além de “perder” parte de seu território, perderia consequentemente os recursos financeiros que poderiam ser destinados a esta parte de seu território. Os extrativistas conseguem recursos diretamente com a União a partir da criação e envio de projetos por eles elaborados.

Observou-se também que havia interesse por parte da prefeitura para que empreendedores da rede hoteleira, por exemplo, fossem investir no município. Esses empreendedores prometiam que gerariam empregos e renda para a população, o que aqueceria a economia da cidade e aumentaria consequentemente a arrecadação de impostos para a prefeitura:

Desde 2005 e 2006 (que a RESEX é de 2006), de lá para cá, a gente tá tendo uma evasão de empreendimentos e um município que está numa situação geográfica de fim de linha, não é passagem, que só vem para Canavieiras quem tem interesse aqui. E a gente tem tido

essa evasão de interesses em investir em Canavieiras, desde turismo, hotelaria, como da parte de outros investimentos também. [...] Entre 1999 e 2005 a gente teve uma demanda de cinco empreendimentos hoteleiros aqui, todos na área da Barra Velha, que hoje é uma área que está dentro da RESEX. Na proposta da RESEX, ela era marinha, se você ver ofício do IBAMA para a primeira audiência pública, cita que a área de manguezal e 100 metros mar adentro, só. Eu não participei, mas todo o processo de audiência pública e consulta foi feito nesse modelo marinho e quando da execução do ato, do decreto, ele incorporou uma parte da área terrestre, a parte norte, onde seriam esses empreendimentos hoteleiros, e a parte sul, principalmente o bairro de Atalaia, (Marcos Bessa Gomes de Oliveira, ex assessor de meio ambiente do município de Canavieiras).

Após a entrevista feita com Marcos Bessa, assessor ambiental da prefeitura, ficou evidenciado que a prefeitura deixou a questão ambiental em segundo plano. Pois como afirma o mesmo, quando ele entrou na assessoria não havia sala, nem instrumentos de trabalho como computador, impressora etc, além de um déficit de funcionários. Outra questão delicada quanto à prefeitura é que não há secretaria do meio ambiente no município e sim apenas uma assessoria. Ora uma assessoria não tem o mesmo poder que uma secretaria. As ações tomadas pela assessoria são limitadas e os recursos destinados a este setor também, gerando um déficit de autonomia por parte dos agentes deste órgão, como pondera em entrevista, o ex assessor de meio ambiente do município:

Aqui na prefeitura a gente não tem secretaria do meio ambiente, a gente tem assessoria em assuntos do meio ambiente, chamada AAMA. A gente tem um assessor, um gestor, um técnico, uma assessora e três fiscais. De todo esse quadro, no momento só tem eu e o técnico. Eu comecei a trabalhar aqui em julho de 2007, e não havia nem uma mesa. De lá para cá, nós conseguimos essa sala e todo o material foi adquirido com recursos de licenciamento ambiental. Os recursos que a assessoria recebe são exclusivos da parte de licenciamento. A licença que nós fazemos aqui é a licença

simplificada, pelo porte dos empreendimentos. E essa licença custa em média R500,00, Marcos Bessa Gomes de Oliveira).

O fato de não haver uma secretaria de meio ambiente também demonstra a falta de prioridade desta questão por parte da prefeitura. Isso é agravado pela hierarquia administrativa no tocante às competências ambientais no seio do município como ilustra o decreto nº 80–A/2005. Este texto aprova o regulamento da seção VIII do capítulo I, título III, da lei nº 708, de 29 de dezembro de 2004, que institui o Código Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências:

Art. 1º – Para efeito deste Regulamento são adotadas as seguintes definições:

I – Licença Ambiental: ato administrativo pelo qual o CONDEMA e o Chefe do Poder Executivo Municipal, avaliam o empreendimento e estabelecem as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, para localizar, instalar, alterar e operar empreendimentos ou atividades efetivas ou potencialmente poluidoras;

II – Autorização Ambiental: ato administrativo pelo qual a AAMA estabelece as condições para a realização ou operação de empreendimentos, atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário ou para a execução de obras que não impliquem em instalações permanentes;

Art. 23 – A Licença Simplificada será expedida pelo CONDEMA acompanhado de o Chefe do Poder Executivo Municipal, a qual a AAMA encaminhará o parecer técnico conclusivo, já instruído, quando necessário, com os Estudos Ambientais cabíveis.

Parágrafo único – A Licença Simplificada poderá ser expedida pela AAMA, por delegação do CONDEMA e do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 25 – Caberá ainda ao CONDEMA e ao Chefe do Poder Executivo

Municipal a expedição da Licença Simplificada quando se tratar da primeira licença solicitada por fonte degradante irregularmente instalada ou não sujeita ao licenciamento ambiental pela legislação anterior a este Regulamento e normas dele decorrentes.

§ 1º - Caberá também ao CONDEMA e ao Chefe do Poder Executivo Municipal manifestar-se nos processos de autorização ou renovação de licença, de competência da AAMA, quando encaminhados por esta, considerando as peculiaridades do empreendimento e, especialmente, os impactos socioeconômicos e ambientais resultantes da atividade. Também ao CONDEMA e ao Chefe do Poder Executivo Municipal manifestos e ambientais resultantes da atividade.

Estes artigos colocam a Assessoria em Assuntos do Meio Ambiente (AAMA) em uma posição hierárquica inferior ao Conselho municipal de defesa do meio ambiental (CONDEMA) e ao chefe do poder executivo municipal. Além disto, quem expede de fato o licenciamento ambiental são estas duas últimas instâncias, ou seja, uma decisão tomada pelo CONDEMA e pelo chefe do poder executivo municipal pode ser contrária a uma decisão da AAMA, o que demonstra o grau de prioridade que a questão ambiental tem para a atual administração do município.

4.3.3 COMO ATUOU A CÂMARA DOS VEREADORES?

A Câmara de vereadores, assim como a prefeitura, apoiou a criação da RESEX no início, porém a partir de 2005 passou a ser contra e atuou ativamente contra a implantação da mesma. A câmara teve como líderes desta resistência a vereadora Lindalva que trabalhava na, Cooperativa Mista de Pescadores de Canavieiras Ltda (Pescam), cooperativa esta de pesca industrial. E o vereador Otoniel. Estes são vereadores de bastante influência dentro da Câmara e conseguiram exercer grande força contra a implantação da reserva. O poder de influência desses e dos demais vereadores foi observado em uma sessão aberta, ocorrida no dia 17 de maio. A maior parte dos vereadores presentes eram os mesmos do que no período da criação da reserva. Os principais motivos para esta resistência estão associados aos

mesmos interesses da Prefeitura, pois o poder legislativo compunha o outro poder oficial da cidade, defendendo o controle sobre o território.

Num modelo como esse, o poder público municipal perde até sua autonomia porque tudo, por exemplo, se vai se instalar um hotel em Canavieiras, primeiro precisa da anuência do Conselho Deliberativo da RESEX então a Câmara Municipal perde definitivamente seu papel, (Edmar Alves da Luz, Ex- presidente da Câmara de Dirigentes e Logistas).

A Câmara atuou em conjunto com os demais atores da cidade, em uma investida forte destes atores contra a reserva:

A própria Câmara de Vereadores, esses mesmos viraram a cabeça de muitas pessoas do município, que se voltaram contra a reserva extrativista, no início, estavam todos juntos, depois se virou todo mundo contra, (Fábio Oliveira Santana, ex secretário financeiro da associação mãe da RESEX).

4.3.4 E OS CARCINICULTORES NESTA HISTÓRIA?

A carcinicultura é uma prática de criação de camarões em cativeiro. Esta prática requer muito investimento tecnológico e usam bastantes produtos químicos que prejudicam o ecossistema de manguezal e, em consequência, dos pescadores e marisqueiras que vivem e dependem deste ecossistema:

Nos países do hemisfério sul, a carcinicultura tem provocado alterações profundas nas funções e serviços socioambientais prestados pelo ecossistema manguezal. Os recursos marinhos costeiros de relevante importância para a sociedade e, em primeiro lugar, para a vida comunitária, foram amplamente afetados por esta atividade industrial. Comunidades de pescadores, marisqueiras, índios, ribeirinhos, quilombolas e camponeses que ancestralmente desenvolviam suas relações de subsistência vinculadas à

diversidade de paisagens e sistemas ambientais de usufruto tradicional foram desproporcionalmente afetadas pelos impactos desencadeados, (MEIRELES; QUEIROZ, 2007, p. 11)

Os interesses dos carcinicultores estão relacionados diretamente com o uso do solo. Os carcinicultores presentes em Canavieiras tinham interesse em ampliar seus negócios, tendo em vista que eles usam água salgada na produção e quanto mais próximo do mar melhor, pois diminuiria os custos de transporte. Ora, a criação de uma RESEX limitaria o crescimento deste tipo de produção. Então os carcinicultores foram importantes atores contra a efetivação da RESEX:

[...] na época foi movido 11 processos contra a RESEX, teve associações, dos hotéis e pousadas, dos carcinicultores, de turismo local, enfim, toda a sociedade organizada se fez contra a RESEX, (Edmar Alves da Luz, ex presidente da CDL).

[...] a CDL, a prefeitura, os produtores de camarão e os especuladores de terra. Estes sim, eram os principais protagonistas, (Carlos Alberto Pinto, ex vice-presidente da associação mãe).

Os problemas com a carcinicultura não são restritos a Canavieiras. No Brasil e na América do Sul, há e houve vários problemas de disputa territorial entre os extrativistas e comunidades tradicionais contra os carcinicultores:

4.3.5 QUAL A MOTIVAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA CDL (CÂMARA DE DIRIGENTES E LOJISTAS) NO MOVIMENTO CONTRA A RESEX?

A CDL, que na realidade é a Associação de lojistas da cidade, foi o ator mais ativo contra a RESEX. Este órgão liderou a maioria das manifestações feitas na cidade:

A CDL local foi a líder dessa revolta popular, digamos assim, e nós conseguimos reunir um número de 5 a 10 mil pessoas, um número grande de pessoas se reuniu na entrada da cidade fazendo um

movimento que o slogan era “Natureza sim, RESEX não”. Eu estou frisando isso porque a CDL e a abordagem de Canavieiras, ninguém é contra a preservação ambiental, (Edmar Alves da Luz, ex presidente da CDL)

A CDL, hoje está tranquila, mas na época era um dos mais ativos nesse processo contra a reserva extrativista, eles chegaram a parar mesmo a cidade, junto com a prefeitura, com os carcinicultores, eles fizeram uma passeata que colocaram por volta de quase 6 mil pessoas na rua, fecharam as escolas, obrigaram as crianças e professores a irem para rua, foi um momento muito conturbado, (Carlos Alberto Pinto, ex vice presidente da AMEX - associação mãe da RESEX Canavieiras)

Os principais motivos que levaram este ator a ser contra a reserva foram os seguintes:

Foi criada a Reserva Extrativista de Canavieiras, e ela foi criada de uma forma obscura, de uma forma silenciosa. O comerciante e o cidadão de Canavieiras não teve conhecimento dessas ditas audiências públicas que aconteceram, e nós nos deparamos com uma reserva e mais de 90% da população não sabiam nem o que era RESEX. O que a gente sempre defendeu é que fosse criada uma APA. Porque a RESEX é um modelo, na minha concepção, amazônico, um modelo para um local de índice demográfico baixo, não é o caso de nosso município que tem uma economia, existem várias atividades comerciais envolvidas em várias áreas [...] nós defendemos a APA, porque é o modelo mais consensual, que nós temos um conselho que é consultivo, não deliberativo como na RESEX [...] Se fosse uma APA, o conselho seria consultivo, o conselho concorda ou não, mas ele não deliberaria nada, (Edmar Alves da Luz, ex presidente da CDL).

Outro motivo que justifica a ação é que os integrantes da CDL faziam parte da elite política e econômica do município, e são eles que se arrogam o direito de definir a direção das coisas no lugar.

4.3.6 EMPREENDEDORES DA REDE HOTELEIRA E ESPECULADORES DE TERRA: COMO E POR QUE AGIAM?

Outros atores importantes neste processo – embora não tão ativos como a CDL e a prefeitura – foram os empreendedores da rede hoteleira e os especuladores fundiários – brasileiros ou estrangeiros, como nos mostra o ex vice-presidente da AMEX e o ex presidente da CDL respectivamente:

Alguns protagonistas fortes assim mesmo, que a gente pode contar, nome de pessoa assim, tinha um chamado Elinado Menezes, que foi embora até, que era como se fosse o laranja dos gringos aí, ficava fazendo o papel de articulador desse movimento que se chamava “Natureza sim, RESEX não”.

Quanto aos estrangeiros, estão ligados principalmente à questão de especulação de terra, comprando terra. A velha promessa de que vão construir hotel, construir isso e aquilo, mas na verdade nunca construíram nada, e pelo o que a gente vê nem a intenção eles tinham, (Carlos Alberto Pinto).

Na época existiam dois projetos de hotelaria grandes para serem construídos, um inclusive já tinha alvará de construção. Nós já temos aqui seis anos e ainda essas construções não aconteceram. Uns podem dizer não que não ia existir mesmo, mas eu acredito que sim, (Edmar Alves da Luz).

Proprietários fundiários estrangeiros, apoiaram o movimento contra a RESEX, devido a projetos agrícolas ou de implantação de hotéis.

Durante a implantação da RESEX em Atalaia, o conflito começou principalmente com os gringos, o pessoal que veio comprar aqui, diziam eles que iam fazer hotel e cercaram tudo, praticamente empurrando a comunidade para fora mesmo, de qualquer maneira a gente ia ser expulso, (João Gonçalves de Santana, presidente da associação de pescadores e agricultores de Campinhos).

4.3.7 O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES AMBIENTAIS: IBAMA, ICMBIO E PANGEA

Ao lado dos extrativistas, as principais organizações responsáveis pela implantação da RESEX foram o IBAMA, o ICMBio e a ONG Pangea. Estes atuaram da seguinte forma:

É importante esclarecer que a reserva foi criada pelo IBAMA. Em 2007 é que foi criada o ICMBio. Então nós chegamos aqui como IBAMA, então foi o IBAMA que gestou o processo desde a coordenação dos estudos, acompanhado também por uma ONG. Sempre tivemos apoio de algumas organizações não governamentais. E a minha missão aqui foi mediar esse conflito e garantir a implantação da RESEX de Canavieiras. Ao chegar nós começamos a dialogar com todos os setores resistentes, separadamente com cada um deles. Nós tínhamos uma missão objetiva que era a criação do conselho deliberativo da RESEX ao qual alguns desses segmentos deveriam fazer parte, nós fomos até eles, conversamos, dialogamos. Nosso objetivo era também esclarecer, informar o que era a reserva extrativista, (Sérgio Fernandes Freitas, ex sub-chefe do ICMBio Canavieiras)

O projeto foi assim, o Pangea chegou aqui e começou a conversar com a gente, que a ilha era muito futura, é muito direitinho, e eles disseram que aqui poderia ser implantada uma RESEX, porque eles descobriram que as terras era da União, (Maria da Glória, moradora de Barra Velha).

4.3.8 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Os meios de comunicações tiveram grande influência na cidade e foram os grandes difusores da campanha “Natureza sim, RESEX não”, manipulando a população e intensificando os ataques contra a RESEX através de rádios e jornais:

De 2004 até 2009 foram momentos difíceis aqui em Canavieiras, as lideranças das comunidades foram bastante oprimidas. Perante esse tipo de atividade que é a atividade extrativista, eram tidos como marginais, que queriam acabar com a cidade de Canavieiras. Várias lideranças da cidade, vereadores, prefeito, várias lideranças que vinham nas rádios para falar mal da reserva, no jornal Tabu. Tudo isso complicou todo o nosso processo de implantação da RESEX, um momento que foi muito turbulento pra gente. Muitos não tinham as informações corretas e também não tínhamos um meio de comunicação para poder expressar o que era realmente a reserva extrativista, (Carlos Alberto Pinto, ex vice-presidente da AMEX).

Existia até um boato que se não fosse a reserva iria se implantar grandes hotéis, que geraria empregos, então esses proprietários se insurgiram contra a RESEX, portando recurso, organizando movimento, movimento mesmo com outdoor, pinturas nas paredes, adesivos nos carros, flâmulas, propagandas nos jornais, aqui tem um jornal chamado O Tabu que sempre apoiou as causas desse movimento, uma rádio em Camacã que era uma porta-voz desse movimento, muito utilizada nesse processo de mobilização e desinformação da comunidade a respeito do que era a RESEX, (Sérgio Fernandes Freitas, ex sub-chefe do ICMBio Canavieiras).

4.3.9 ONDE ENTRA A JUSTIÇA?

Os extrativistas tradicionais recorreram à justiça local e estadual sem êxito e só conseguiram implantar a reserva após a obtenção do apoio do Ministério Público e da Procuradoria-Geral da União:

Na justiça local nós nunca tivemos apoio não, essa interlocução nunca foi boa, eles sempre tiveram mais influência desses poderes daqui da cidade. As poucas vezes que a gente recorreu à justiça local, nós não tivemos êxito não. [...] Como é uma unidade de conservação federal, compete a União estes tipos de casos. As áreas

onde a RESEX foi criada tudo pertence a União, são ilhas marítimas, mar, manguezais, rios, etc., que por lei pertencem à União, (Carlos Alberto Pinto, ex vice-presidente da AMEX).

O que resultou no fim das manifestações explícitas contra a RESEX foi a visita de representantes da justiça federal, na figura de um desembargador, de uma procuradora federal e da polícia federal:

A gente fez a denuncia, e vinheram o desembargador, a procuradora federal D. Fernanda, os membros da polícia federal, mediador do Incra, o pessoal do ministério do meio ambiente da Bahia. Daí fomos lá pra Câmara do vereadores, com 20 lideranças dos pescadores. Nós chegamos lá e sentamos, só que os contrários não sabiam quem eram estes que estavam com a gente, aí esse pessoal chegaram na Câmara ofendendo o desembargador e a procuradora, apontando o dedo e dizendo que eles queriam destruir a cidade, que eram uma cambada de vagabundos... aí o desembargador levantou e perguntou se eles sabiam com quem estavam falando? Ele falou “aqui era a casa do povo, respeitem a casa do povo, todos tem o direito de vir aqui, sejam aqueles que são contra ou a favor de qualquer coisa, o país é democrático as pessoas têm esse direito. Se vocês querem ser contra, sejam contra, mas vocês não podem impedir de outros serem a favor.” [...] Daí, eles ouviram ambas as partes, e de lá para cá o pessoal sumiu do mapa, a polícia federal entrou no circuito e os gringos ficaram com medo e começaram a recuar, (Carlos Alberto Pinto, ex vice-presidente da AMEX).

5 DISCUSSÃO

A criação da RESEX resultou e evidenciou pelo menos três tipos de conflitos: o administrativo, de negócios econômicos e o fundiário. O conflito administrativo ocorreu com o setor político no município: Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores. Este conflito se deu, entre outros motivos, devido ao caráter que o modelo RESEX possui, em que os extrativistas tradicionais usufruem dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, gerenciam a unidade de conservação. Aqui a gestão é feita por um conselho deliberativo onde há a participação de todos os atores sociais que tem relações diretas com a RESEX. Assim sendo, com a implantação da RESEX formou-se o que Aguiar (2010) chamou de “gestão dupla” em algumas áreas do município.

Algumas áreas do território municipal que, antes da criação da reserva, as decisões gestoras eram do Poder Público Municipal, passaram, com a criação da reserva, a ser competência tanto do Poder Público como da administração da Unidade de Conservação. Isso por um lado propicia a importância de uma gestão compartilhada dessa área “Poder Público Municipal / Administração da Reserva Extrativista, em contrapartida, quando há interesses diferenciados, pode ser fator de conflito de gestão nas decisões a serem tomadas. Sabe-se que a reserva extrativista é uma Unidade de Conservação de nível federal, então sua administração acaba por se enquadrar em um nível superior de poder em relação ao órgão municipal relativo à questão, (AGUIAR, 2010, p. 13).

A Prefeitura e a Câmara dos Vereadores foram motivadas a se opor à RESEX devido à questão da gestão territorial. Com o modelo de reserva extrativista marinha, a gestão do território abrangido pela RESEX deixa de ser completamente realizada pela Prefeitura e passa a ser feita parcialmente pelo conselho deliberativo, composto por diversos atores sociais, com predominância de poder decisório para o ICMBio e para a associação de extrativistas. Nessa lógica, o conselho deliberativo também era visto como uma instância rival pela Câmara dos Vereadores no que tange à distribuição dos poderes no município.

Já o conflito de teor econômico foi provocado por motivos indiretos. O principal ator desse setor, que atuou de forma direta contra a implantação da reserva, foi a CDL. A CDL local foi a líder das manifestações intitulada “Natureza sim, RESEX não”, como citou o ex-presidente da CDL em 2010. A CDL conseguiu reunir cerca de 5 mil pessoas pra protestar contra a criação da RESEX. A adesão da CDL na investida contra a implantação da RESEX passou a se mostrar de forma mais intensa após a realização da consulta pública ocorrida na ilha de Barra Velha, que foi a audiência na qual houve acusações de terem sido fraudadas algumas assinaturas. Ainda sobre as possíveis justificativas para a adesão do comércio através de seu ente representativo:

A oposição à criação da reserva passou a se mostrar mais intensa, pois a mesma passou a ser uma influência negativa direta a certas atividades econômicas, como a carcinicultura, cujas fazendas encontram-se instaladas, segundo MMA, FNMA, PANGEA (2003), em ecótonos próximos às áreas de manguezais, e para os Resorts (que em sua maioria se inseririam em áreas que passou a serem abrangidas pela RESEX), e indiretamente para o setor comerciário. (AGUIAR, 2010, p. 11).

A citação acima também expõe um dos principais conflitos gerados pela criação da reserva: a questão fundiária e o uso do solo. Outro autor, em seu trabalho de dissertação, ressalta a importância dos manguezais para a população tradicional, contrapondo aos interesses dos grandes e médios empresários.

Estes ecossistemas encontram-se de uma forma geral, em bom estado de conservação, porém vêm sendo pressionados por atividades de usos conflitantes e de caráter predatório, dentre os quais destacam-se a especulação imobiliária, a prática não regulamentada da atividade turística, a carcinicultura, a silvicultura (plantio de eucalipto, em processo inicial) e a sobrepesca. (MACHADO, 2007 apud PANGEA/FNMA 2004, p. 74).

Ainda sobre o uso do solo por parte dos empresários da hotelaria, o mesmo autor expõe a importância da criação da reserva extrativista marinha de Canavieiras:

Grandes empreendimentos estavam previstos até o decreto da Reserva Extrativista. Seriam baseados no modelo de turismo de enclave, ocupando mais de 14 km de litoral, com pista de pouso para aviões intercontinentais e ancoradouro com capacidade para receber navios transatlânticos. O turismo de enclave é destinado a consumidores de altíssima renda, na sua maioria estrangeiros, que chegam diretamente aos empreendimentos, consomem seus serviços e vão embora. É um modelo que não se integra com a economia local. Além deste aspecto, os postos de trabalho oferecidos que a população nativa poderia se apoderar seriam os menos prestigiados e rentáveis. Estes estabelecimentos promovem também o fechamento de áreas e acessos tradicionalmente utilizados pela população local,” (MACHADO, 2007, p. 54).

Outros atores sociais que tiveram grande importância na atuação contra a RESEX estão ligados ao setor econômico. Tanto os carcinicultores quanto os empreendedores do setor hoteleiro tinham interesse diretamente ligados ao uso do solo: os carcinicultores para aumentarem sua produção e os empreendedores para construir hotéis em locais que agregassem valor ao seu empreendimento. Segundo os entrevistados, alguns destes que se diziam empreendedores eram especuladores de terra. A CDL, por sua vez, possuía interesse no possível aumento da atividade comercial que novos empreendimentos poderiam levar à cidade. Acreditavam que com o investimento de novos hotéis na cidade a economia poderia ser aquecida e eles lucrariam indiretamente com isso.

Sob o domínio das elites, dos detentores do poder econômico e político local que se opunham à RESEX, os meios de comunicação se converteram em um ator social por sua grande influência junto ao povo. O posicionamento dos meios de comunicação, preponderantemente contra a RESEX, é de fundamental importância para compreender o porquê da grande maioria da população do município se opor à implementação da reserva. Assim, não houve de fato um espaço na imprensa local para uma conscientização sobre o que era a RESEX e muito menos para a defesa desse modelo de reserva, não sendo dada voz aos extrativistas tradicionais.

Algo também de muita relevância que foi comentado pelo representante da CDL foi o

fato de o modelo de RESEX não ser adequado para Canavieiras, pois este modelo tem um Conselho Deliberativo e, na visão do entrevistado, este não é o ideal, pois deveria ser um conselho meramente consultivo. O que se percebe nesse discurso, visível também em outras entrevistas, é a intenção clara de manter o poder decisório nas mãos das elites, não permitindo que o povo exerça também esse poder. O conselho deliberativo tem como objetivo a gestão territorial de forma participativa entre os principais atores da cidade e esse tipo de gestão incomoda as elites, que não querem abrir mão de seu poder decisório, fundamental para a garantia de seus interesses, temendo ainda que o Conselho Deliberativo se torne um exemplo de modelo de gestão diferente do modelo vigente, capaz de proporcionar a participação e autonomia popular.

Por outro lado, o papel das organizações ambientais governamentais foi fundamental para a criação da reserva extrativista, pois estas foram responsáveis pelas primeiras informações sobre o conceito de RESEX para os extrativistas. A participação de ONGs, como o Pangea, também foi decisiva, tendo em vista o apoio que estas deram para os pescadores tradicionais desde o começo até hoje, quando se faz necessário ainda auxílio na gestão do território.

Destaca-se ainda, como uma força importante que possibilitou a implantação da RESEX, o apoio de setores da Justiça comprometidos com as questões de cunho socioambiental, em parte motivado pela grande importância e visibilidade que essas questões têm hoje. Somente após o apoio de representantes do Judiciário e de outros órgãos ligados à Justiça, como um desembargador e uma procuradora federal, os extrativistas conseguiram fazer cessar, pelo menos de forma oficial, as manifestações contra criação da reserva extrativista.

Chega-se à conclusão que o interesse preponderante para todos os atores envolvidos foi a questão territorial. Apesar disso está mais evidente para a Câmara de Vereadores e para a Prefeitura, os outros atores têm relações direta ou indiretamente com isso. De fato, as áreas que foram incluídas no perímetro da RESEX eram áreas que tendem e/ou tenderiam a se valorizar cada vez mais, o que faria que ocorresse um aumento na especulação da terra e imobiliária. Ora, com a

criação da RESEX, fica impossibilitado que haja isto, a não ser que o Conselho Deliberativo permita que isto aconteça, o que é longe de ser provável quando se entrevista lideranças pesqueiras, determinadas em preservar o território da RESEX para a pesca praticada de modo sustentável e na melhoria das condições de vida das comunidades pesqueiras.

Ainda hoje há por parte da população uma resistência sobre a reserva extrativista, contudo isto não está explicitado. A maioria das pessoas que foi contra a RESEX ainda não teve acesso ou não buscou as informações corretas do que é uma RESEX e o que representa seu modelo para a conservação da natureza e do modo de vida das populações tradicionais, reproduzindo as informações geradas pela mídia local. Quando se pergunta para os cidadãos locais sobre a RESEX, estes tendem a ficar na defensiva e não expõem seu posicionamento logo de início, o que indica que este é um tema ainda não aceito pelos canavieirenses.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Canavieiras, assim como em quase todo o Brasil, houve e continua haver conflitos fundiários e ambientais. Segundo o INCRA (2013), os problemas fundiários no Brasil remontam a 1530 com a criação das capitâneas hereditárias que tiveram como principais características em sua estrutura o sistema agroexportador, em latifúndios e com uso de mão-de-obra escrava, análoga à escravidão ou remunerada, a depender do período histórico-geográfico e do detentor da posse do estabelecimento rural. Esse processo de concentração com as características citadas acima se observa até os dias atuais.

Os conflitos socioambientais dificilmente deixarão de existir. No entanto, formas de organização e luta, como exemplificada pela reserva extrativista marinha de Canavieiras, fazem com que as disparidades de poder e dos direitos colocados em prática sejam mais equiparados, defendendo assim o modo de vida das populações tradicionais e conservando o ambiente com os recursos necessários para a reprodução e manutenção desse modo de vida, em detrimento dos interesses do capital estrangeiro e nacional, aos quais visam a obtenção do lucro imediato e uso dos recursos ambientais feito de forma altamente predatória.

Neste trabalho os processos metodológicos pouco seguiram os rigores acadêmicos. Estes processos foram feitos mais lidando com o cotidiano vivência junto às comunidades envolvidas, estabelecendo estratégias para seguir a pesquisa sem que perdesse o entendimento de que para se conseguir certos resultados, torna – se necessário estabelecer relações de confiança, agir de forma horizontal e tratar as pessoas como agentes sociais importantes para a produção do espaço, e não como objetos de estudos. Apesar da sentida falta de alguns referenciais teóricos, é preciso ponderar que quase tudo que se escreve aqui, foi fruto de anos de estudos na academia, através de aulas e discussões ministradas por cada professor desta instituição, que em sala de aula, orientam o pensar e o agir dos alunos. Pondera-se também, os aprendizados em campo, a partir de pessoas que são verdadeiros mestres no que tange ao conhecimento popular, e que fazem parte da relação dialética entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular.

Quanto aos resultados, a principal intenção deste trabalho foi desenvolver na prática, aquilo qual acredita ser - um estudo geográfico - em que para se entender o mundo faz-se necessário estudar tanto o ambiente físico, ou seja, o solo, quanto o seu uso por parte da sociedade, que em quase todos os casos resultam em territorialidades, que por sua vez merecem muito reconhecimento por parte de pesquisadores de diversas áreas, especialmente as humanas.

Os fenômenos sociais se dão no espaço, e estes, devem estar dentro das categorias de análises nas ciências sociais. Como foi visto, os fenômenos sociais encontrados no município de Canavieiras, foram resultados de conflitos gerados pelo uso do solo por diversos atores sociais, que têm interesses antagônicos entre si, assim como acontece em qualquer espaço que se estude, em qualquer parte do planeta.

Ainda há muito o que se pesquisar a respeito das RESEX no Brasil, especialmente há de Canavieiras, que tornou-se um exemplo de organização e atuação para outras reservas no país. Para a ciência cabem estudos, tendo a RESEX como exemplo, a respeito da relação entre o poder local e poder global, estudos ambientais diversos, estudos sobre federalismo, estudos sobre populações tradicionais, técnicas ancestrais, entre tantos outros. O evento da implantação da reserva extrativista de Canavieiras é riquíssimo para que ajam diversos estudos em diversas áreas do conhecimento. Este tema está longe de ser esgotado, pelo contrário, ele ainda está se iniciando, pois esse tipo de unidade de conservação é relativamente nova no país e muito ainda há por vir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR de, P. C. B.; **MOREAU**, A. M. S. S.; **FONTES**, E. O. Histórico da criação da reserva extrativista marinha de Canavieiras (BA): posicionamento antagônico e gestão do território.

_____ Impactos na dinâmica ambiental do município de Canavieiras (BA) tendo a RESEX como fator de influência. Revista GEOMAE – Geografia, Meio ambiente e ensino. Vol. 02, nº 01 1º Sem/ 2011.

ALLEGRETI, M. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008. Editora UFPR.

BRASIL. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Brasília/DF, 2000.

BRITO, D. M. C. Conflitos em Unidades de Conservação. PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais. Macapá: UNIFAP. 2008.

Decreto sobre a criação da reserva extrativista de Canavieiras. Diário oficial nº 107, 6 de junho de 2006.

Decreto nº 80-A/2005. Que institui o código municipal de meio ambiente de Canavieiras. Administração municipal de Canavieiras.

Dominguez, J. M. L & Nascimento D. M. C. Avaliação da vulnerabilidade ambiental como instrumento de gestão costeira nos municípios de Belmonte e Canavieiras, Bahia. Revista brasileira de Geociências. Setembro 2009.

Jornal oficial de Canavieiras. Arquivo público da cidade, seção da câmara municipal de canavieiras. Março de 2005.

IBAMA - Instituto brasileiro do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis. Disponível em: www.ibama.gov.br. Acesso em 25 de março de 2012.

IBGE - Instituto brasileiro de geografia e estatística. Cidades, censo 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em 26 de março de 2012.

ICMBio - Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade. Instrução normativa nº 182, Seção I, páginas 102, 103 e 104, de 20/09/2007.

MACHADO, R. A. S. O meio natural na organização produtiva da população pesqueira tradicional do município de Canavieiras/ BA. Dissertação de mestrado, 2007.

MEIRELES,A.J.A , **QUEIROZ**, L.S. A monocultura do camarão: danos socioambientais à base da vida comunitária tradicional no litoral do nordeste brasileiro. UFC. 2007.

MORIN, E. Ciência com consciência. Bertrand Brasil, 14ª ed. 2010.

NASCIMENTO, D. M. C. Um registro da colonização estrangeira (Século XIX) na planície costeira de Belmonte na Bahia, Brasil.

PACHECO, V. F. O cenário geopolítico na implantação da reserva extrativista marinha de Canavieiras. Relatório final PIBIC, 2011

PDA- Canavieiras. Criação da reserva extrativista de recursos pesqueiros de Canavieiras e fortalecimento dos instrumentos de gestão territorial participativa. Pangea e IBAMA

Reydon, B. P.; **Calvacanti**, F. C. D. S. As reservas extrativistas como mecanismo de regulação fundiária e de desenvolvimento sustentável local. 2001

SANTOS A. P. dos, Apropriação da natureza e a produção do espaço no município de Belmonte. Dissertação de mestrado em Geografia. UFBA 2008;

SANTOS M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4ª Ed. Editora Universidade de São Paulo, 2006.

_____. O tempo (os eventos) e o Espaço. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. Ed. 4ª, EDUSP, 2006.

SEAGRI - Secretaria da agricultura, irrigação e reforma agrária. Disponível em:

http://www.seagri.ba.gov.br/bahia_territorios_identidade.asp. Acesso em 25 de março de 2012.

SEDUR - Secretaria de desenvolvimento urbano. Base cartografia. Disponível em: <http://200.187.23.68/geosnic/src/php/app.php>. Acesso em 26 de março de 2012.

SEI - Superintendência de estudos sociais e econômicos da Bahia. Municípios em síntese, mapa. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124&Itemid=105. Acesso em 26 de março de 2012.

SOUZA, M. L. A expulsão do paraíso. O “Paradigma da Complexidade” e o Desenvolvimento Sócio-Espacial. Explorações Geográficas. Bertrand Brasil. Org.: Castro I.E. de, Gomes P.C.D. C., Corrêa R.L. 1997

STÉDILE, J.P. & STEVAM, D. A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária no Brasil 1964 - 2003. 1ª Ed, São Paulo. Editora Popular.

TOMASONI M. A. Mudanças globais, sociedade de risco: emergência e novas territorialidades. Estratégias Ambientais e Territoriais. Coleção estudos ambientais e ordenamento do território. Universidade Federal da Bahia. Mestrado em Geografia 2006.

Referências na internet

Video do movimento natureza sim, RESEX não. <http://www.youtube.com/watch?v=0I36c0eQSQA> . Acessado em 16 de julho de 2011.

Tabu online. Notícias sobre o movimento natureza sim, RESEX não. http://www.tabuonline.com.br/edicoes_anteriores/n763_2008/noticias_locais.htm. Acessado em 16 de julho de 2011

<http://www.ibama.gov.br/RESEX/cmendes/hist.htm>, acessado em 10 de janeiro de 2014

<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>, acessado em 11 de janeiro de 2014.

<http://br.vlex.com/source/dou-diario-oficial-da-uniao-2080/issue/1985/9/5/06>, acessado em 11 de janeiro de 2014.

PACHECO, Vladimir Félix. Reserva extrativista de Canavieiras: Conflitos e uso do solo.

Autorizo a reprodução [parcial ou total] deste trabalho para fins de comunicação bibliográfica.

Salvador 16 de Abril de 2014

Vladimir Félix Pacheco